



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

PONTO 1: apresentação, discussão e votação

RELATÓRIO E CONTAS 2020

PONTO 2: informações gerais

13 MAIO | 2021

19H30 | Auditório do edifício
da Galeria Municipal



**UNIÃO
MUTUALISTA**
MONTIJO • 1872

J.B.
[Handwritten signature]

ORGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente Maria das Mercês Gomes Borges

Secretários Manuel Jesus Gonçalves Agostinho

Joaquim Filipe Manuel

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Pedro Nuno Luís dos Santos

Vogais Patrícia Carla Gomes Rolo Soares da Silva

Diamantino Jacinto Lopes Bonito

CONSELHO FISCAL

Presidente - António Manuel Corrêa Sousa Fortunato

Vogais João Maria Silva Costa

Adelina Isabel Lopa Silva Marques

Suplente Vera Lúcia Pialgata Silva

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

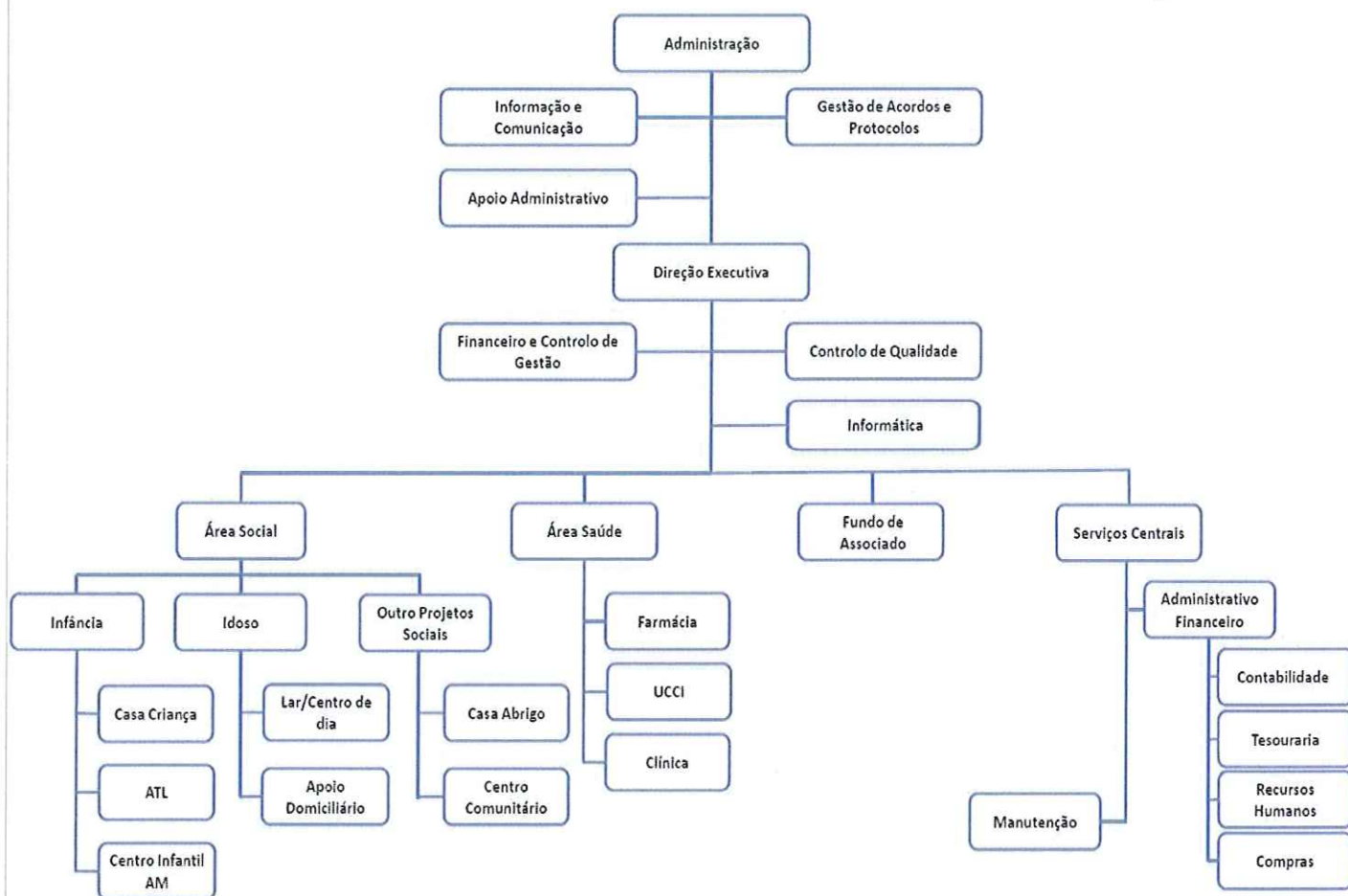
JT Santos & Associado - SROC, Lda, representada por Joaquim Manuel
Teixeira dos Santos, ROC n.º 1245

SECRETARIADO

Efetivo Ana Clara Falua Gonilho

D.B.
B
[Handwritten signature]

ORGANOGRAMA



INTRODUÇÃO

O ano de 2020 foi fortemente marcado pelo surto pandémico decretado pela OMS a 11 de março, com a consequência imediata da entrada em vigor do estado de emergência transversal a todo o País, com medidas de confinamento, encerramento de escolas, entre outras.

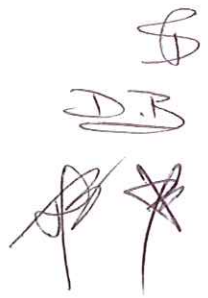
Foram no imediato elaborados e implementados Planos de Contingência para todos os Equipamentos, tendo em conta as suas especificidades. Os mesmos ao longo deste período foram sujeitos a ajustes face à evolução da pandemia, com especial incidência a partir de setembro, i.e., com o início da 2ª vaga.

Os impactos desta crise pandémica que se faz sentir há mais de 1 ano, têm vindo a ter consequências na atividade dos diversos equipamentos, com intensidade e forma variadas.

A nível económico/financeiro, a área da infância foi das primeiras a ser afetada, que com o encerramento de escolas, viu reduzidas as participações familiares em 50%. Acresce ainda que após a reabertura, muitas crianças do Pré-escolar e CATL, deixaram de frequentar, umas definitivamente, outras até ao início do novo ciclo escolar.

Relativamente à área social Idoso, os Centros de Dia foram igualmente encerrados, tendo a larga maioria passado a ter assistência dos familiares com a consequente redução das participações dos utentes, e que não foi possível o seu regresso.

Houve a necessidade de adaptar locais e “layout dos espaços” com base nas orientações de prevenção, particularizando, criando circuitos próprios de áreas de contingência, bem como criação de espaços para garantia de distanciamento físico, a que acresce a necessidade continua de aquisição de EPI's, equipamento e materiais de higienização, entre muitos outros.

\$
D.B.


Refira-se ainda o ajuste do Quadro de Pessoal, com maior incidência nas áreas da(o) Infância, Idoso e Cuidados Continuados.

Todas estas e outras medidas conduziram inevitavelmente a aumento de custos que entrou em contraciclo com a diminuição de receitas, agravado na área do Idoso, por permanecer fechado o Centro de Dia e a entrada de utentes em Lar mais tardia face aos períodos de quarentena exigidos.

Por último, não podemos deixar de referir, que o facto de estarmos ainda com surto pandémico provocado pelo COVID 19 e suas variantes, não permite perspetivar os reais efeitos na economia em termos globais, e em particular na social.

Contamos com o Empenho e Dedicção de Todos, e continuaremos firmes no apoio a Todos os nossos Utentes, não medindo esforços, garantindo a Dedicção a um bem comum e Proteção de Todos.



RETROSPETIVA

Decorridos 3 anos (2017 – 2019), caracterizados por diversas medidas estratégicas, estruturais e transversais a toda a Instituição, amplamente apresentadas e debatidas nas várias Assembleias, quer aquando da análise e aprovação dos Planos e ou Relatórios de Gestão, e quando já não era expectável medidas de fundo adicionais, o Surto Pandémico que assombra o Mundo, levou a que esta Instituição tomasse de novo medidas de fundo por forma a ajustar a sua Estrutura da Instituição, por forma a dar continuidade a todo um trabalho, cujos focos principais, são a sua sustentabilidade e o honrar de todos os compromissos.

- Última Fase de Reestruturação do Quadro de Pessoal, que afetou essencialmente a Infância, com o encerramento para o ano letivo 20/21 do CATL e de 3 salas de Pré-escolar, 2 no CIAM e 1 na Casa da Criança, bem como 2 salas na creche uma em cada Equipamento.
- Nesta fase a UM assumiu um custo de 229 437,62 €, dos quais:

VALÊNCIAS	EQUIPAMENTOS / INFÂNCIA		
	C. CRIANÇA	CIAM	TOTAL
Creche	66 781,67	20 276,34	87 058,01
Pré Escolar	62 349,70	45 971,68	108 321,28
CATL	12 925,92		12 925,92
TOTAL	142 057,29	66 248,02	208 305,31

[Handwritten signatures and initials, including 'D.P.']

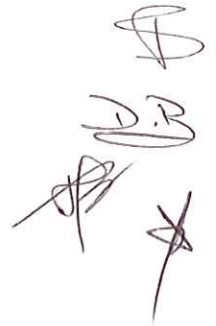
VALÊNCIAS e / ou EQUIPAMENTOS	ÁREAS		
	IDOSO	OUTRAS RESPOSTAS SOCIAIS	TOTAL
Centro Dia	9 309,91		9 309,91
C Comunitário		9 309,91	9 309,91
Casa Abrigo		2 512,49	2 512,49
TOTAL	9 309,91	11 822,40	21 132,31

- Para concluir, acresce referir que a Reestruturação do Quadro de Pessoal teve um encargo global para a UMNSC de 885 605,05 €, dos quais estavam liquidados no final de dezembro/2020 759 813,44 €, 85,80%, sendo o remanescente, 125 791,61 € a liquidar até novembro/21.

DB


Acordos	Terminados	Valor Total	Valor Pago	Valor a Liquidar
Total		885 605,05	759 813,44	125 791,61
			85,80%	14,20%
Acordos terminados	660 147,15	74,54%		
				↓
				Em 2021
				125 791,61
2017	1ª Fase	59 957,29	59 957,29	
2018	2ª Fase	144 694,50	144 694,50	
2018	3ª Fase	198 712,47	198 712,47	
2019	4ª Fase	233 271,21	233 271,21	
2019	5ª Fase	19 531,96	9 720,00	9 811,96
2020	6ª Fase	229 437,62	113 457,97	115 979,65
	Total	885 605,05	759 813,44	125 791,61

- Renovação da Certificação de Qualidade.
- Prorrogação do Contrato de Cedência de Exploração do Centro Clínico até julho/2021.
- Aquisição de estabelecimento para instalação da “Loja do Associado”, por forma a melhor facilitar e servir os seus associados.



EXPLORAÇÃO 2020

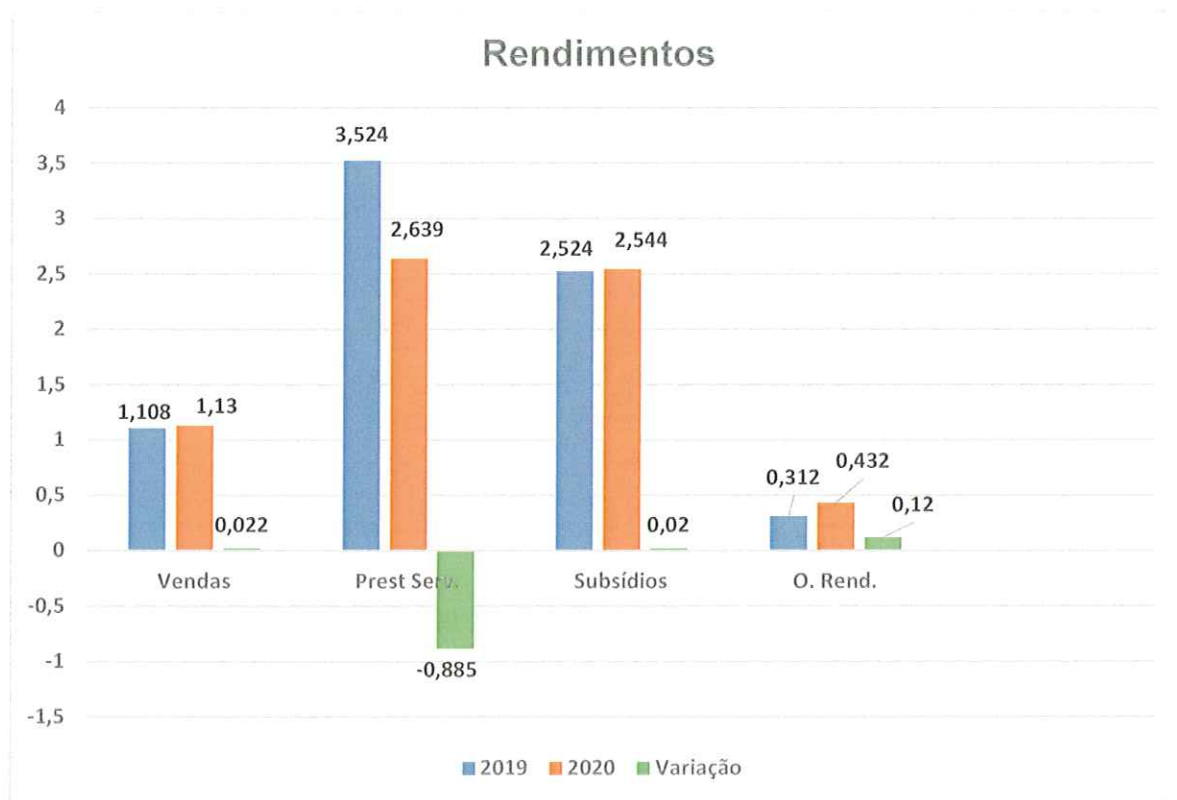
Proveitos

A atividade da UMNSC em 2020 situou-se nos 6,312 M€, com um decréscimo global a tangenciar os 11,78%, comparativamente ao ano anterior, com o efeito da Pandemia a assumir a causa principal, e com especial incidência na atividade do Centro Clínico que por si só atingiu uma quebra na ordem dos 35,75%, seguido da Infância que registou uma descida de 16,64%.

Particularizando, esta quebra de atividade sentiu-se numa menor faturação ao nível das Prestações de Serviços, tanto na Saúde como na Infância.

Pela positiva, a atividade da Farmácia, embora ligeiramente, mas em contraciclo e a registar um crescimento de 2%.

Unidade: Milhares Euros



Outros Rendimentos

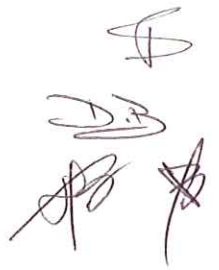
Em linha com os registados no período homólogo anterior, com exceção para os rendimentos suplementares

Outros Rendimentos	Valores	Valências / Áreas
Rendimentos Suplementares		
Outros	159 273,15	Centro Clínico → RL (zero)
Refeições COVID-19	10 101,00	SAD
Cedência Negócio	9 710,00	} Transversais
Reversão Imparidades	43 177,70	

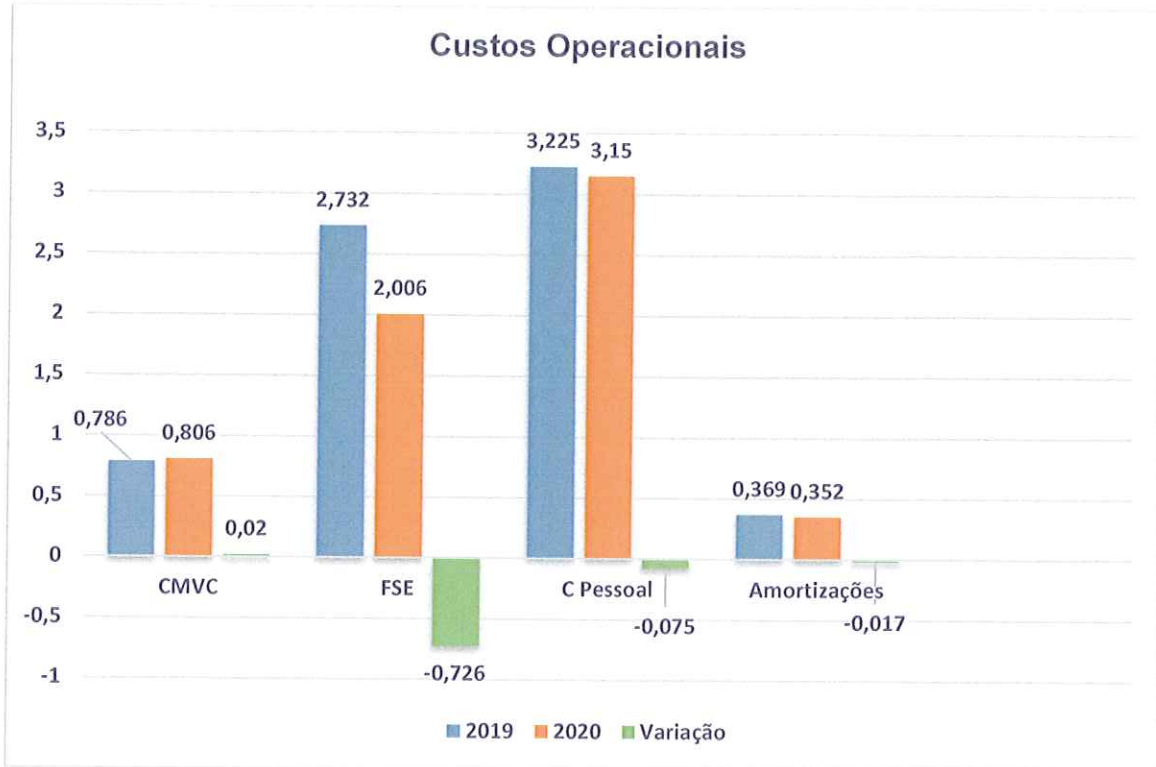
Custos

Ao nível dos custos, maior destaque para a rubrica **Fornecimento e Serviços Externos**, com uma contração acima dos 725 mil euros, bem como **Custos com Pessoal**, com uma diminuição ainda que tímida, mas de relevo quando associado a que no mesmo período as indemnizações, no âmbito da reestruturação se situaram, como já referido, nos 229 437,62 €, e a partir de outubro, inclusive, se reintegrou o Quadro Pessoal afeto à limpeza e com reforço, por via da Pandemia.

Todas as demais rubricas não apresentam oscilações significativas.



Unidade: Milhares Euros



Ainda no âmbito dos custos com pessoal e numa ótica mais abrangente e evolutiva, não podemos deixar de referir que, o Outsourcing e a reestruturação de todo o Quadro de Pessoal, permitiu uma contração desde 2017 até finais 2020 de 845 mil € (expurgado nos exercícios o valor das indemnizações), apesar dos ajustamentos no ordenado mínimo e da reintegração no quadro do pessoal afeto à limpeza, e cujo valor em 2020 ascendeu a cerca de 49 mil euros, incluindo os duodécimos relativos a 2021.

(Handwritten signatures and initials)

Anos	C Pessoal	Compensações (Reestruturação)	C Pessoal s/ Compensação	Evolução
2017	3 825 682,46 €	59 957,29 €	3 765 724,87 €	
2018	3 727 132,68 €	343 406,97 €	3 383 725,71 €	(381 999,16 €)
2019	3 225 096,88 €	252 803,17 €	2 972 293,71 €	(411 432,00 €)
2020	3 149 651,41 €	229 437,62 €	2 920 213,79 €	(52 079,92 €)
Total				(845 511,08 €)

Investimentos

Relativamente a investimentos a UM suportou de novo cerca de 100 mil euros, dos quais, 95 mil em ativos fixos tangíveis e o remanescente em ativos intangíveis, sempre com a finalidade de melhoria das condições de utentes e funcionários, a que não foi alheio a adaptação das instalações para esta nova realidade causada pelo surto pandémico, bem como, dar resposta às exigências legais no âmbito da Certificação.

Meios

Libertos e RL

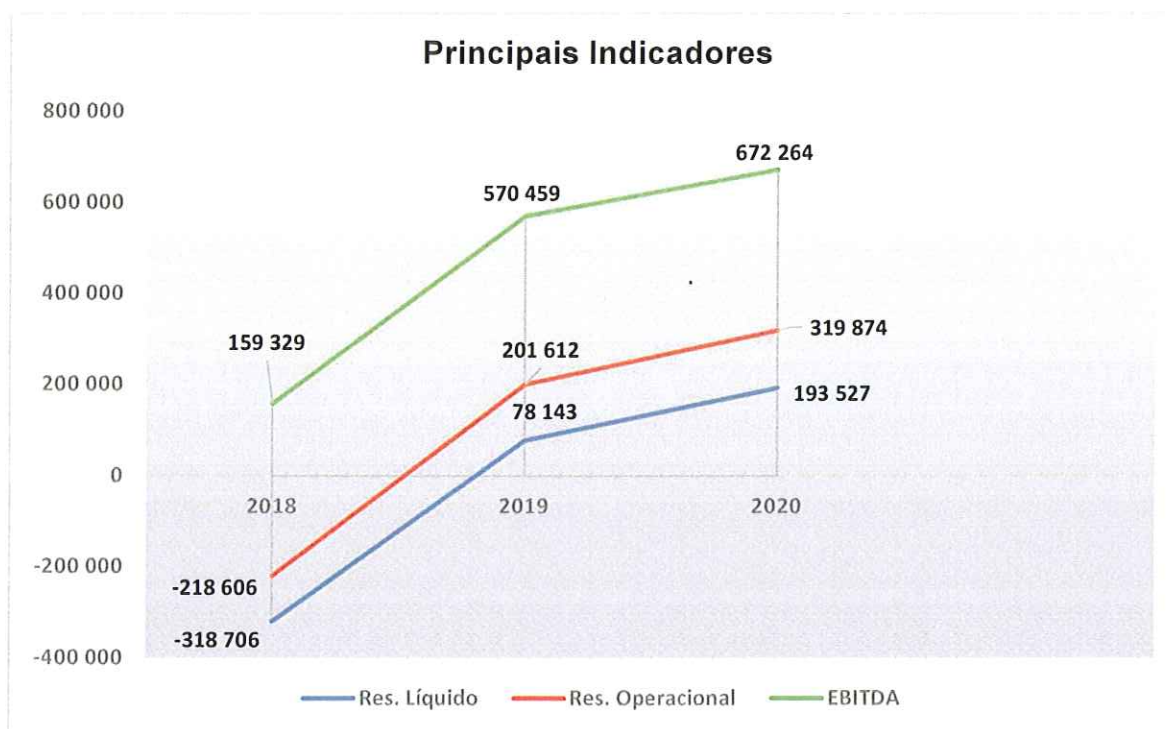
Assim, o exercício económico pauta-se ainda por Resultado Operacional positivo e transversal a todos os Equipamentos / Valências, com exceção da Infância, penalizada pelas indemnizações e o Lar com aumento de custos e ocupação média inferior, fruto de uma Pandemia que tem causado graves constrangimentos, sanitários, económico e sociais.

D.B.
[Handwritten signatures]

EBITDA e EBIT positivos de respetivamente, 672 263,95 € e 319 874,03 euros, com evolução bastante positiva face a 2019, ano em que atingiu um EBITDA de 570 459 euros e um EBIT de 201 612 euros.

Resultado líquido positivo de 193 527,12 euros, com uma evolução positiva a rondar os 120 mil euros, face a 2019, apesar de ainda se registarem custos de compensações de 252 803,17 euros, mas a refletir simultaneamente os efeitos das medidas tomadas desde 2017, sejam elas provenientes de reestruturações, de renegociações de protocolos e ajustamentos da imputação de partilhados.

Unidade: Euros



D.B.
[Handwritten signatures]

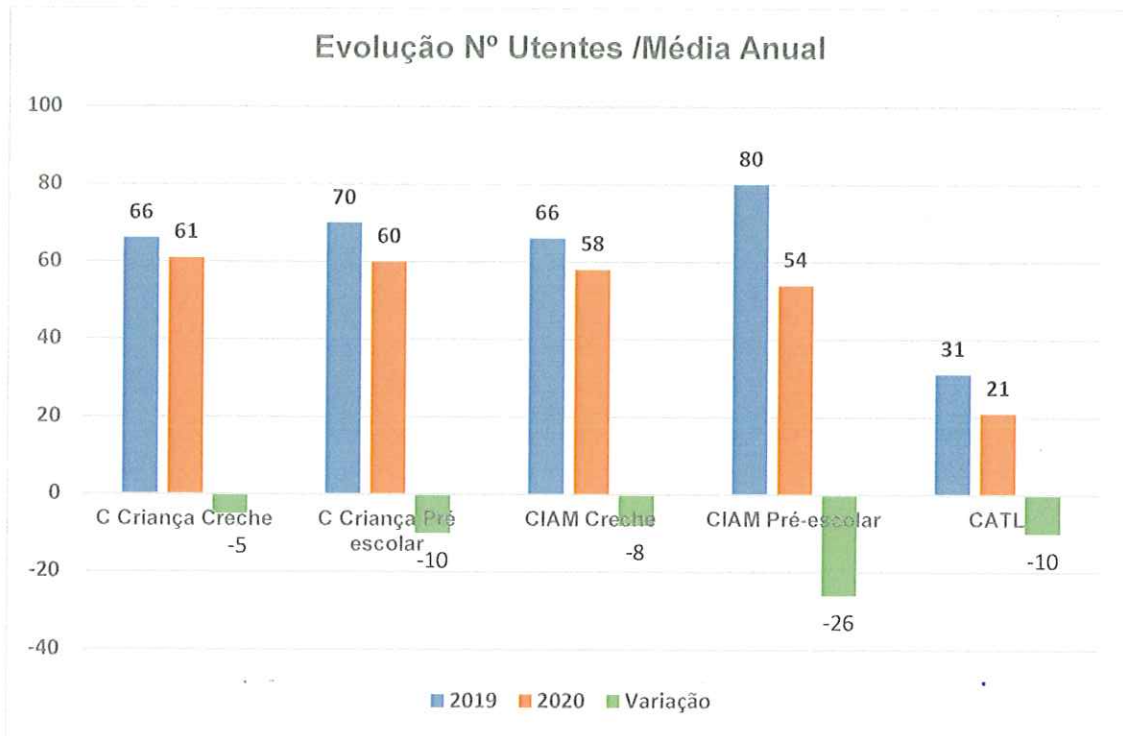
Infância

Referimos anteriormente, que a Infância registou uma quebra na sua faturação de 16,64%, transversal aos dois Equipamentos e às valências, mas com maior incidência no CIAM, e em particular no Pré-escolar com uma variação negativa de 30,98%.

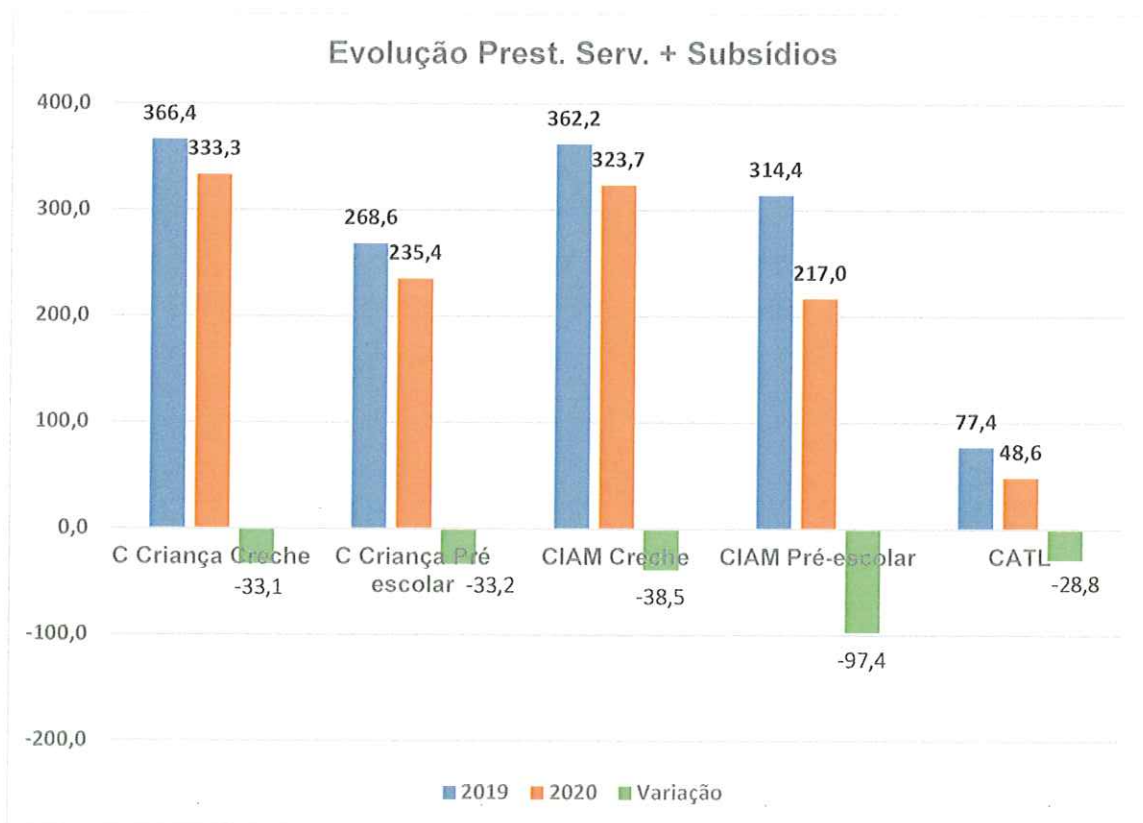
O CATL é o que sofre maior descida 37,2%, mas o seu peso relativo no universo da Infância é de apenas 4,2%.

Assim temos:

EVOLUÇÃO PRESTAÇÃO SERVIÇOS + SUBSÍDIOS			
Valências / Anos	2019	2020	Var %
Casa Criança	635 025,20	568 609,52	(10,46%)
Creche	366 439,07	333 251,51	(9,06%)
Pré-escolar	268 586,13	235 358,01	(12,37%)
CATL	77 424,09	48 619,52	(37,20%)
CIAM	676 634,03	540 762,01	(20,08%)
Creche	362 204,88	323 730,02	(10,62%)
Pré-escolar	314 429,15	217 031,99	(30,98%)
TOTAL	1 389 083,32	1 157 991,05	(16,64%)

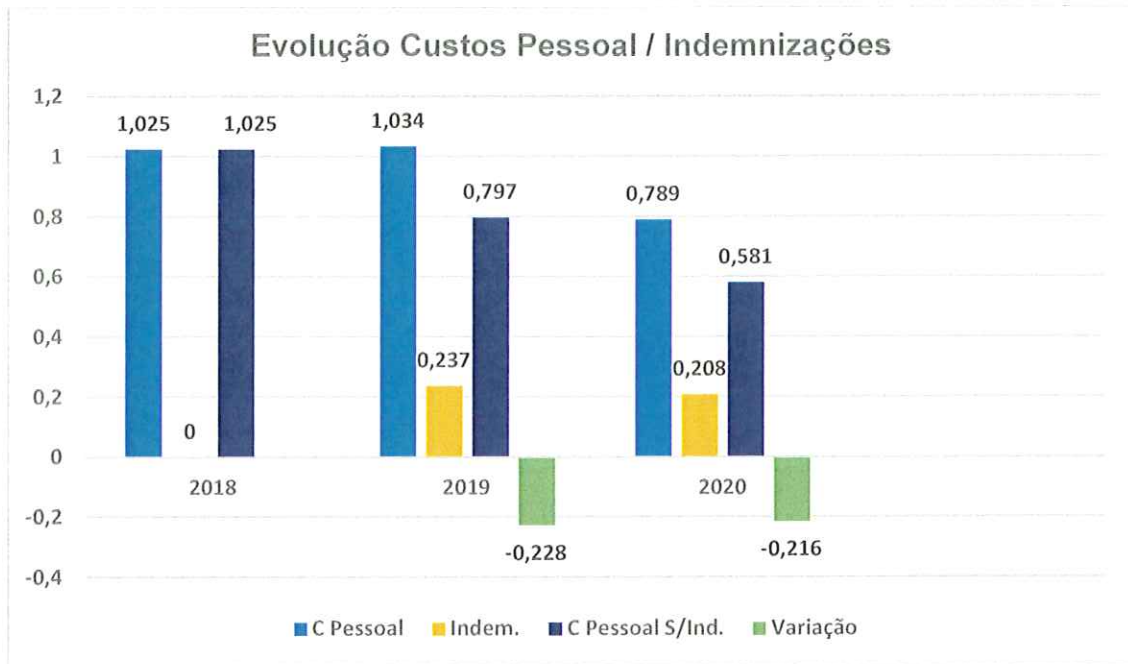


Unidade: Milhares Euros

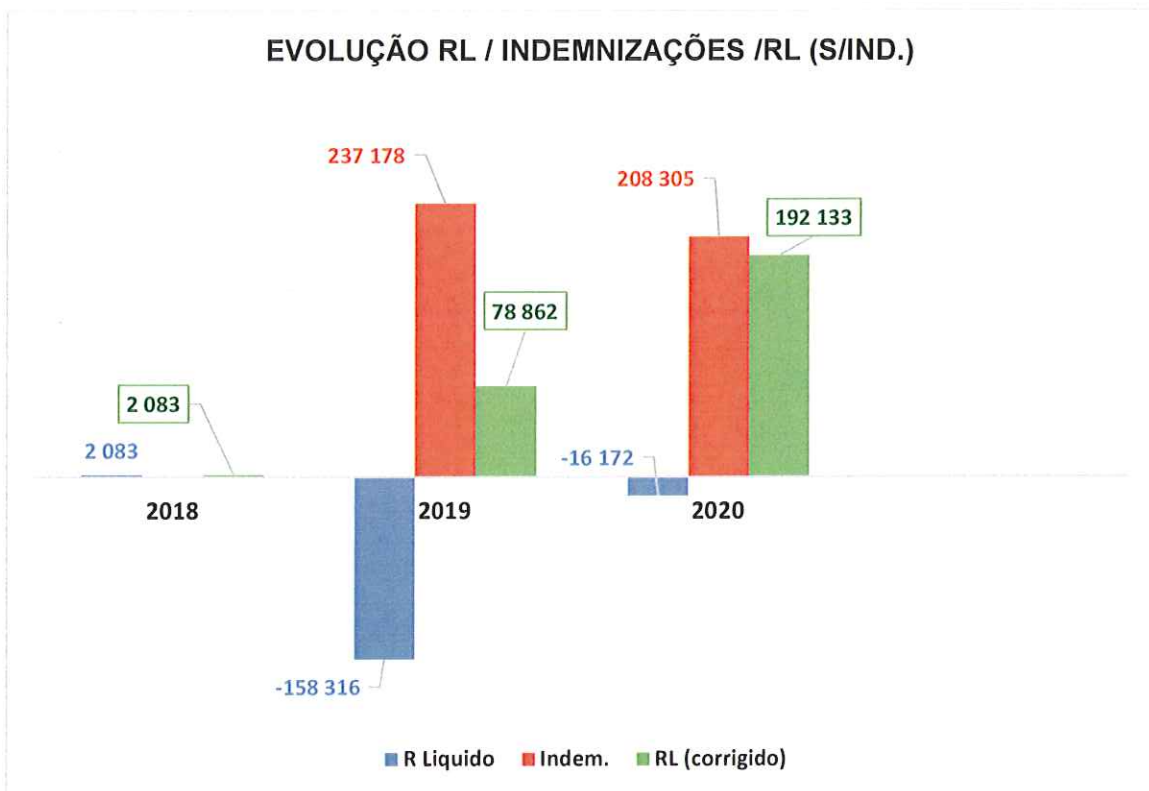


D.P.
[Handwritten signatures]

Unidade: Milhar Euros



Unidade: Milhar Euros



RELATÓRIO GESTÃO 2020

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
CASA DA CRIANÇA - CRECHE + PRE ESCOLAR

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração		200 549,91	245 849,46
Variação nos inventários da produção		368 059,61	389 175,74
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		-64,64	
Fornecimentos e serviços externos		-100 312,05	-139 030,33
Gastos com o pessoal		-376 326,13	-461 270,03
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		3 603,41	-2 693,33
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		25 458,27	33 935,94
Outros gastos		-4 242,33	-66,76
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		116 726,05	65 900,69
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-42 621,89	-41 019,49
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		74 104,16	24 881,20
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-14 611,11	-12 340,11
Resultado antes de impostos		59 493,05	12 541,09
Imputação dos serviços partilhados		-63 004,11	-56 777,44
Resultado líquido do período		-3 511,06	-44 236,35

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

CIAM - CRECHE + PRE ESCOLAR

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados		179 529,29	249 809,29
Subsídios, doações e legados à exploração		361 232,72	426 824,74
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		-64,64	
Fornecimentos e serviços externos		-99 830,57	-151 682,82
Gastos com o pessoal		-368 653,02	-527 411,16
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		3 522,13	-3 085,02
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		31 381,10	26 366,30
Outros gastos		-13 960,71	-1 827,35
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		93 156,30	18 993,98
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-26 296,01	-25 804,79
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		66 860,29	-6 810,81
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-13 251,51	-13 413,41
Resultado antes de impostos		53 608,78	-20 224,22
Imputação dos serviços partilhados		-57 184,46	-57 694,85
Resultado líquido do período		-3 575,68	-77 919,07

17



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
CATL - A CAMINHO DA JUVENTUDE
(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados		15 985,10	44 346,83
Subsídios, doações e legados à exploração		32 634,42	33 077,26
Varição nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-8 616,84	-48 284,86
Gastos com o pessoal		-43 780,06	-45 043,41
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			-1 717,97
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor		81,58	1 157,86
Outros rendimentos		-5 565,34	-1 233,11
Outros gastos		-9 261,14	-17 697,40
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-94,01	-21 543,52
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-9 355,15	-39 240,92
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-0,09	-4,49
Resultado antes de impostos		-9 355,24	-39 245,41
Imputação dos serviços partilhados		270,00	
Resultado líquido do período		-9 085,24	-39 245,41

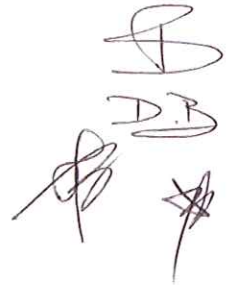
RELATÓRIO GESTÃO 2020

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
INFANCIA e JOVENS

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados		396 064,30	540 005,58
Subsídios, doações e legados à exploração		761 926,75	849 077,74
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		-129,28	
Fornecimentos e serviços externos		-208 759,46	-338 998,01
Gastos com o pessoal		-788 759,21	-1 033 724,60
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		7 125,54	-4 411,30
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		56 920,95	61 460,10
Outros gastos		-23 768,38	-3 127,22
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		200 621,21	70 282,29
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-69 011,91	-88 367,80
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		131 609,30	-18 085,51
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-27 862,71	-25 758,01
Resultado antes de impostos		103 746,59	-43 843,52
Imputação dos serviços partilhados		-119 918,57	-114 472,29
Resultado líquido do período		-16 171,98	-158 315,81



D.B.

Idoso

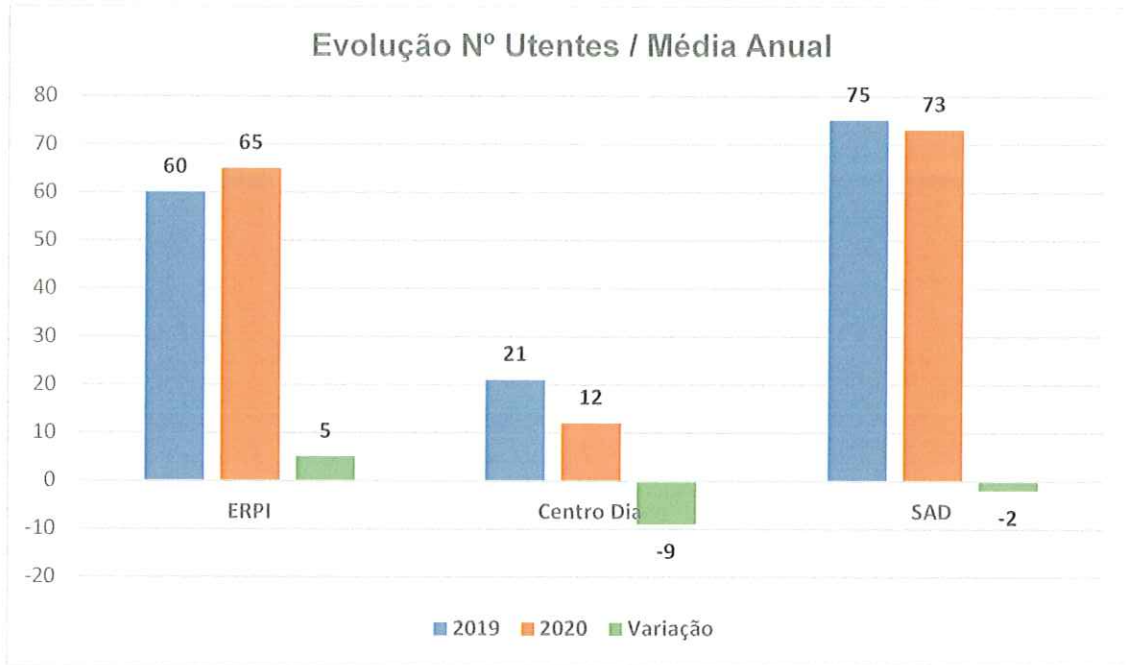
A área do Idoso e em particular o Lar, que no exercício 2019 viu evoluir o resultado negativo de 260 mil euros para positivo de 11 142,67 €, assiste de novo em 2020 à inversão do resultado atingindo 29 059 euros negativo, apesar do crescimento da sua atividade em cerca de 9,5%, num contexto de Pandemia, em que o acréscimo de gastos adicionais em material de proteção, testes, e reforço do quadro de pessoal, falou mais alto.

Este surto Pandémico, teve efeitos bastante negativos na valência **Centro de Dia**, o qual se encontra sem atividade desde abril/2020, já que esta valência funciona no mesmo Edifício de ERPI e UCCI, impossibilitando qualquer entrada externa para além dos funcionários. **O Centro de Dia vê ainda os seus custos serem penalizados em 14 786,62 euros, por via acordo com funcionário e penalização no apoio a despesas hospitalares.**

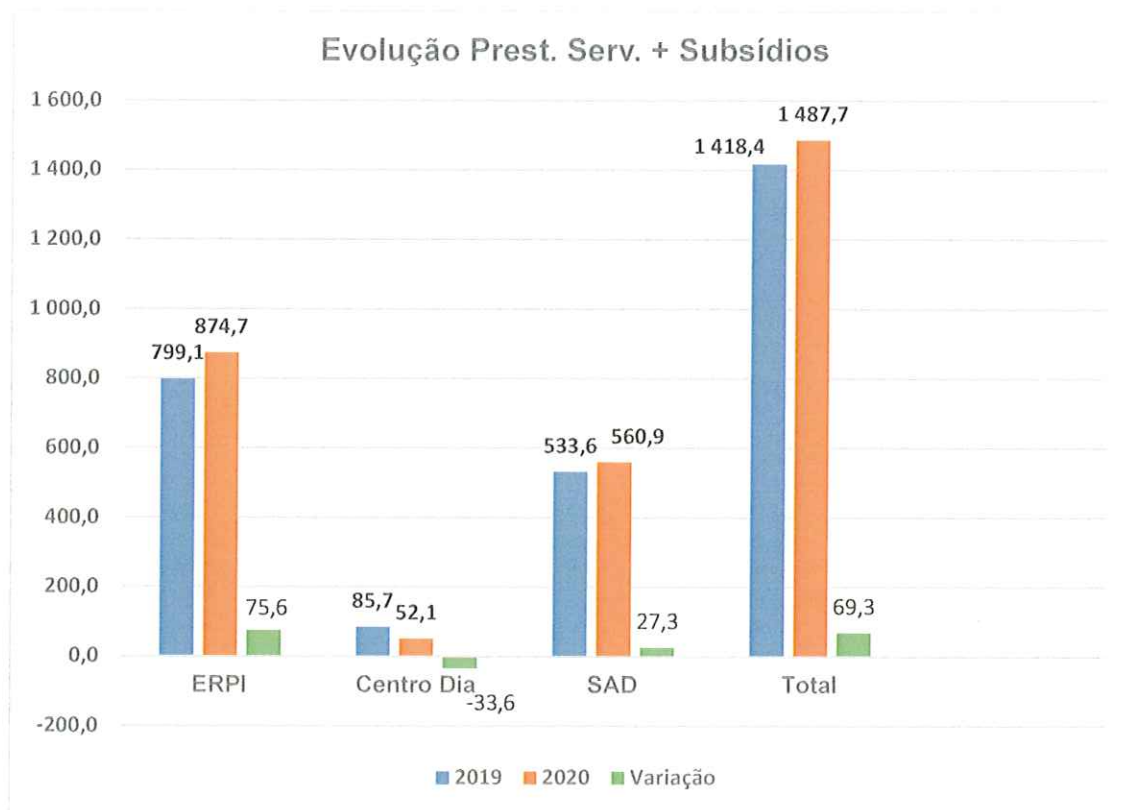
Relativamente a **SAD**, para além de melhorar a sua atividade em 5%, beneficiou ainda de **Outros Rendimentos**, onde se destaca a entrega de refeições à população, em parceria com a Câmara, que resultou num acréscimo do referido rendimento em 10 101 euros.

Apesar de todas as contingências a área do Idoso fechou o ano com resultado global positivo de 36 704 euros.

EVOLUÇÃO PRESTAÇÃO SERVIÇOS + SUBSÍDIOS			
Valências / Anos	2019	2020	%
ERPI	799 063,75	874 736,35	9,47%
Centro Dia	85 733,31	52 135,42	(39,19%)
SAD	533 610,39	560 957,28	5,12%
TOTAL	1 418 407,45	1 487 829,05	4,89%

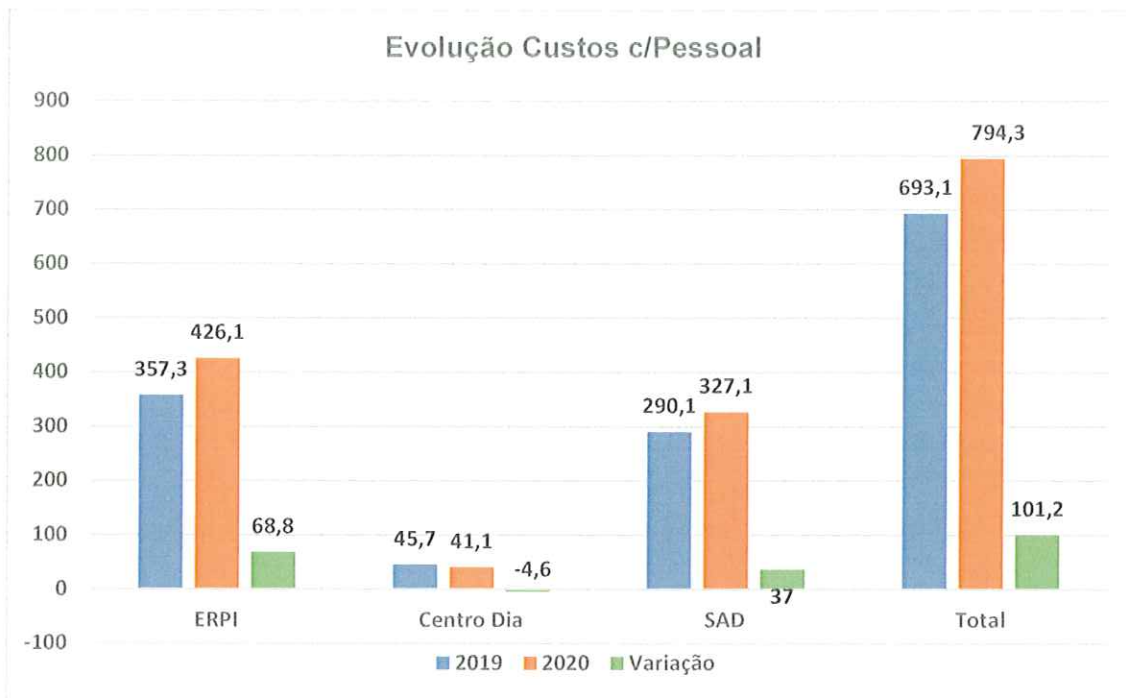



Unidade: Milhares Euros

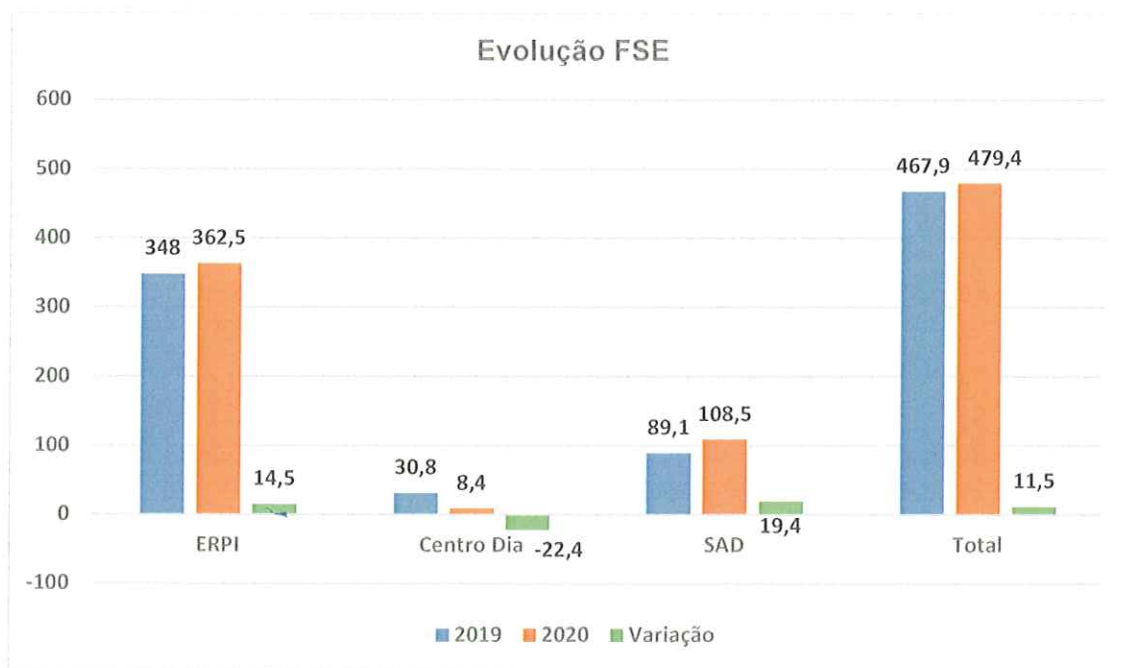


[Handwritten signatures and initials]

Unidade: Milhares Euros



Unidade: Milhares Euros



RELATÓRIO GESTÃO 2020

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 LAR MONTEPIO + JARDIA
 (Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados		534 646,19	526 125,56
Subsídios, doações e legados à exploração		340 090,16	272 938,19
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		-4 261,15	-4 519,30
Fornecimentos e serviços externos		-362 532,84	-348 008,77
Gastos com o pessoal		-426 133,78	-357 317,02
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		6 098,33	-6 819,09
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		84 648,80	98 245,42
Outros gastos		-494,32	-1 214,04
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		172 061,39	179 430,95
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-100 828,12	-98 803,62
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		71 233,27	80 627,33
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-19 776,19	-11 806,69
Resultado antes de impostos		51 457,08	68 820,64
Imputação dos serviços partilhados		-80 509,44	-57 677,97
Resultado líquido do período		-29 052,36	11 142,67

23



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
CENTRO DE DIA

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração		25 504,74	57 802,58
Variação nos inventários da produção		26 630,68	27 930,73
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-8 434,93	-30 788,82
Gastos com o pessoal		-41 100,16	-45 736,41
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		1 032,45	
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		90,00	50,98
Outros gastos		-5 476,71	-5,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1 753,93	9 254,06
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-94,06	-94,06
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1 847,99	9 160,00
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-1 945,21	-2 113,92
Resultado antes de impostos		-3 793,20	7 046,08
Imputação dos serviços partilhados		-8 314,91	-6 552,70
Resultado líquido do período		-12 108,11	493,38

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
SAD

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados		156 618,58	153 292,38
Subsídios, doações e legados à exploração		404 338,70	380 318,01
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		-48,48	
Fornecimentos e serviços externos		-108 503,98	-89 106,66
Gastos com o pessoal		-327 046,67	-290 018,21
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		2 841,01	
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		11 594,77	1 240,11
Outros gastos		-607,28	-1,25
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		139 186,65	155 724,38
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-500,00	-500,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		138 686,65	155 224,38
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-11 770,30	-19 583,26
Resultado antes de impostos		126 916,35	135 641,12
Imputação dos serviços partilhados		-49 051,97	-77 887,51
Resultado líquido do período		77 864,38	57 753,61

25



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

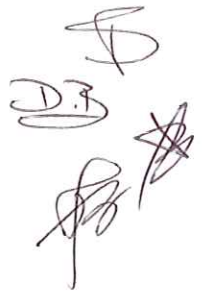
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
IDOSO

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados		716 769,51	737 220,52
Subsídios, doações e legados à exploração		771 059,54	681 186,93
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		-4 309,63	-4 519,30
Fornecimentos e serviços externos		-479 471,75	-467 904,25
Gastos com o pessoal		-794 280,61	-693 071,64
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		9 971,79	-6 819,09
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		96 333,57	99 536,51
Outros gastos		-6 578,31	-1 220,29
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		309 494,11	344 409,39
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-101 422,18	-99 397,68
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		208 071,93	245 011,71
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-33 491,70	-33 503,87
Resultado antes de impostos		174 580,23	211 507,84
Imputação dos serviços partilhados		-137 876,32	-142 118,18
Resultado líquido do período		36 703,91	69 389,66

26





Saúde

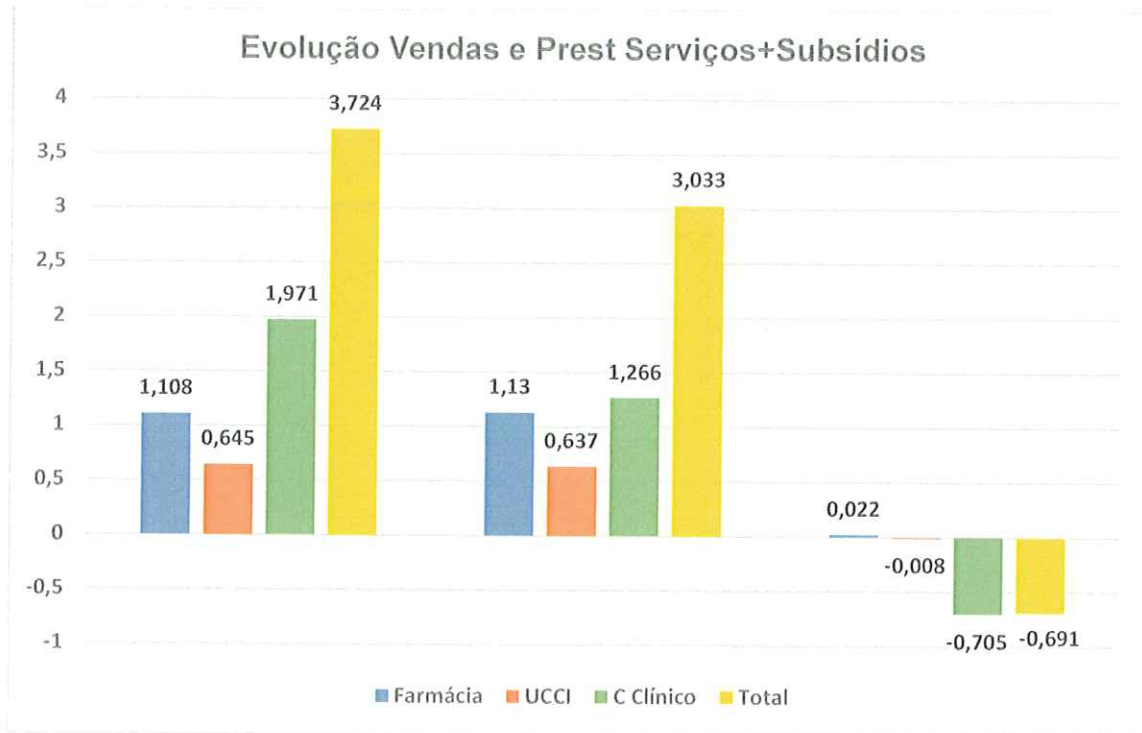
Na área da Saúde, a Farmácia, destaca-se, por via do crescimento da sua atividade e maior eficácia na compra.

Contudo, sendo atualmente o Equipamento com maior volume de faturação, e tendo havido ajuste nos serviços partilhados, nomeadamente Órgãos Sociais, é por si só a mais penalizada, pelo que, o resultado líquido é positivo em 50 534 euros, e embora inferior em cerca de 32,48% ao verificado em 2019, está ainda bem acima do obtido em 2018, que naquela data se situou nos 16 865,52 euros positivos.

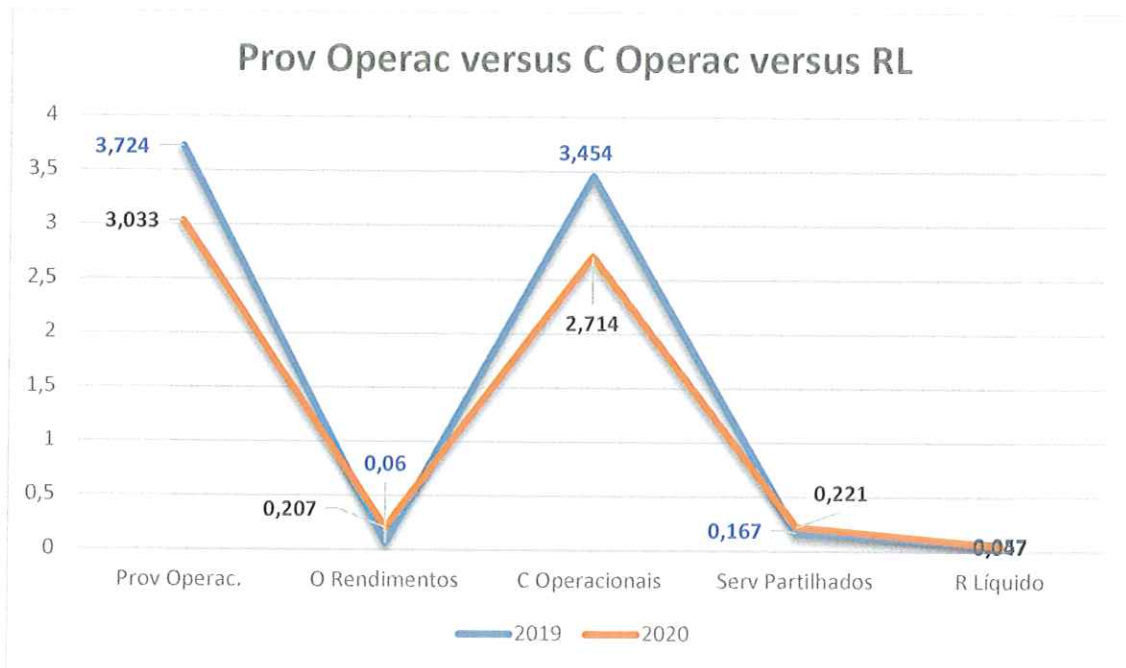
Relativamente à UCCI, e embora ainda negativo, o resultado líquido ficou abaixo dos 4 mil euros, contra os menos 17 582 euros no período homólogo anterior, com os custos com pessoal a diminuírem e em contraciclo com os serviços partilhados, que registaram agravamento.

Esta situação resulta da alteração de imputação do custo dos órgãos sociais como um todo, não havendo a afetação de nenhum dos elementos que o compõem a valências específicas.

Unidade: Milhares Euros



Unidade: Milhares Euros



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
FARMÁCIA

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados		1 129 535,99	1 107 530,98
Subsídios, doações e legados à exploração		180,03	
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		-799 138,11	-780 940,17
Fornecimentos e serviços externos		-31 615,58	-29 583,55
Gastos com o pessoal		-135 948,37	-133 830,02
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		7 928,11	
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		37 822,44	40 803,15
Outros gastos		-11 042,20	-8 675,39
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		197 722,31	195 305,00
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-11 260,58	-10 885,99
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		186 461,73	184 419,01
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-28 976,39	-24 599,38
Resultado antes de impostos		157 485,34	159 819,63
Imputação dos serviços partilhados		-106 950,84	-84 974,76
Resultado líquido do período		50 534,50	74 844,87



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

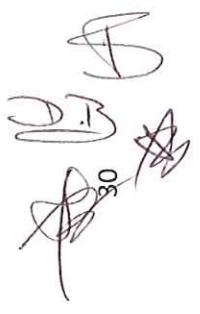
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

UCCI

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados		115 365,67	130 189,46
Subsídios, doações e legados à exploração		521 657,06	515 369,62
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		-48,48	
Fornecimentos e serviços externos		-246 088,26	-255 812,88
Gastos com o pessoal		-307 918,21	-348 763,67
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		3 064,31	-15 684,59
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		8 474,46	18 837,62
Outros gastos		-740,46	-1 458,15
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		93 766,09	42 677,41
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-26 306,47	-24 228,45
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		67 459,62	18 448,96
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-13 726,01	-9 658,20
Resultado antes de impostos		53 733,61	8 790,76
Imputação dos serviços partilhados		-57 612,23	-26 373,20
Resultado líquido do período		-3 878,62	-17 582,44

30



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
C CLÍNICO

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados		1 263 491,24	1 970 885,38
Subsídios, doações e legados à exploração		2 779,50	
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		-109,47	-548,41
Fornecimentos e serviços externos		-722 854,24	-1 238 979,00
Gastos com o pessoal		-514 559,08	-511 792,46
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		160 272,35	966,66
Outros gastos		-11 566,73	-19 409,88
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		177 453,57	201 122,29
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-112 613,61	-133 689,34
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		64 839,96	67 432,95
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-8 257,74	-10 850,73
Resultado antes de impostos		56 582,22	56 582,22
Imputação dos serviços partilhados		-56 582,22	-56 582,22
Resultado líquido do período		0,00	0,00

31



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
SAÚDE

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados		2 508 392,90	3 208 605,82
Subsídios, doações e legados à exploração		524 616,59	515 369,62
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		-799 296,06	-781 488,58
Fornecimentos e serviços externos		-1 000 558,08	-1 524 375,43
Gastos com o pessoal		-958 425,66	-994 386,15
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		10 992,42	-15 684,59
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		206 569,25	60 607,43
Outros gastos		-23 349,39	-29 543,42
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		468 941,97	439 104,70
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-150 180,66	-168 803,78
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		318 761,31	270 300,92
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-50 960,14	-45 108,31
Resultado antes de impostos		267 801,17	225 192,61
Imputação dos serviços partilhados		-221 145,29	-167 930,18
Resultado líquido do período		46 655,88	57 262,43

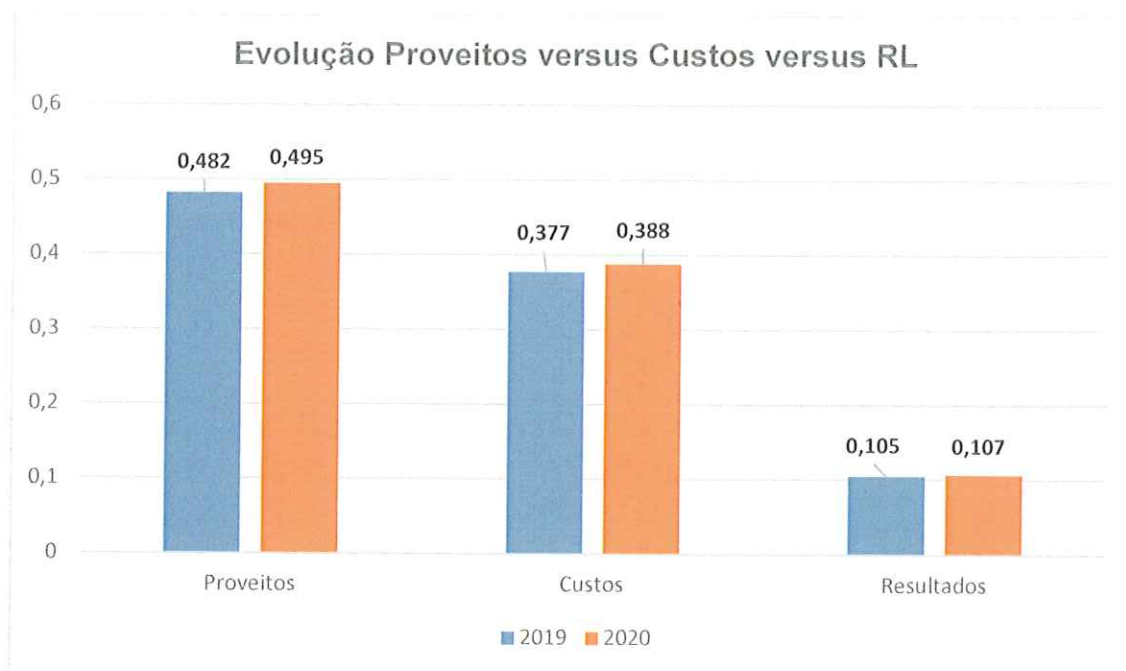
32


Outras Respostas Sociais

Em linha com período homólogo anterior, com os subsídios atribuídos à Casa Abrigo a registarem evolução em função da atualização dos valores em Acordo.

Ambos as valências a registarem resultados positivos, apesar de acomodarem custos com indemnizações num total de 11 822,40 euros, respetivamente, Centro Comunitário 9 309,91 euros e o remanescente Casa Abrigo

Unidade: Milhares Euros



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
CENTRO COMUNITÁRIO

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração		268 571,34	270 584,13
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		-70,24	
Fornecimentos e serviços externos		-5 466,25	-11 750,07
Gastos com o pessoal		-132 473,06	-120 963,34
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		3 327,82	420,00
Outros gastos		-81,25	-28,25
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		133 808,36	138 262,47
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-1 186,50	-896,32
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		132 621,86	137 366,15
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-5 759,27	-6 976,21
Resultado antes de impostos		126 862,59	130 389,94
Imputação dos serviços partilhados		-25 414,56	-31 540,89
Resultado líquido do período		101 448,03	98 849,05



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
CASA ABRIGO

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração		213 456,93	205 229,39
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		-2 098,10	
Fornecimentos e serviços externos		-68 991,63	-69 678,81
Gastos com o pessoal		-121 449,04	-116 326,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		9 226,59	5 941,29
Outros gastos		-1 564,28	-27,93
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		28 580,47	25 137,94
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-1 154,36	-999,38
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		27 426,11	24 138,56
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-4 665,59	-5 147,43
Resultado antes de impostos		22 760,52	18 991,13
Imputação dos serviços partilhados		-17 598,34	-13 105,44
Resultado líquido do período		5 162,18	5 885,69

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

OUTRAS RESPOSTAS SOCIAIS

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração		482 028,27	475 813,52
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		-2 168,34	
Fornecimentos e serviços externos		-74 457,88	-81 428,88
Gastos com o pessoal		-253 922,10	-237 289,34
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		12 554,41	6 361,29
Outros gastos		-1 645,53	-56,18
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		162 388,83	163 400,41
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-2 340,86	-1 895,70
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		160 047,97	161 504,71
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-10 424,86	-12 123,64
Resultado antes de impostos		149 623,11	149 381,07
Imputação dos serviços partilhados		-43 012,90	-44 646,33
Resultado líquido do período		106 610,21	104 734,74

36

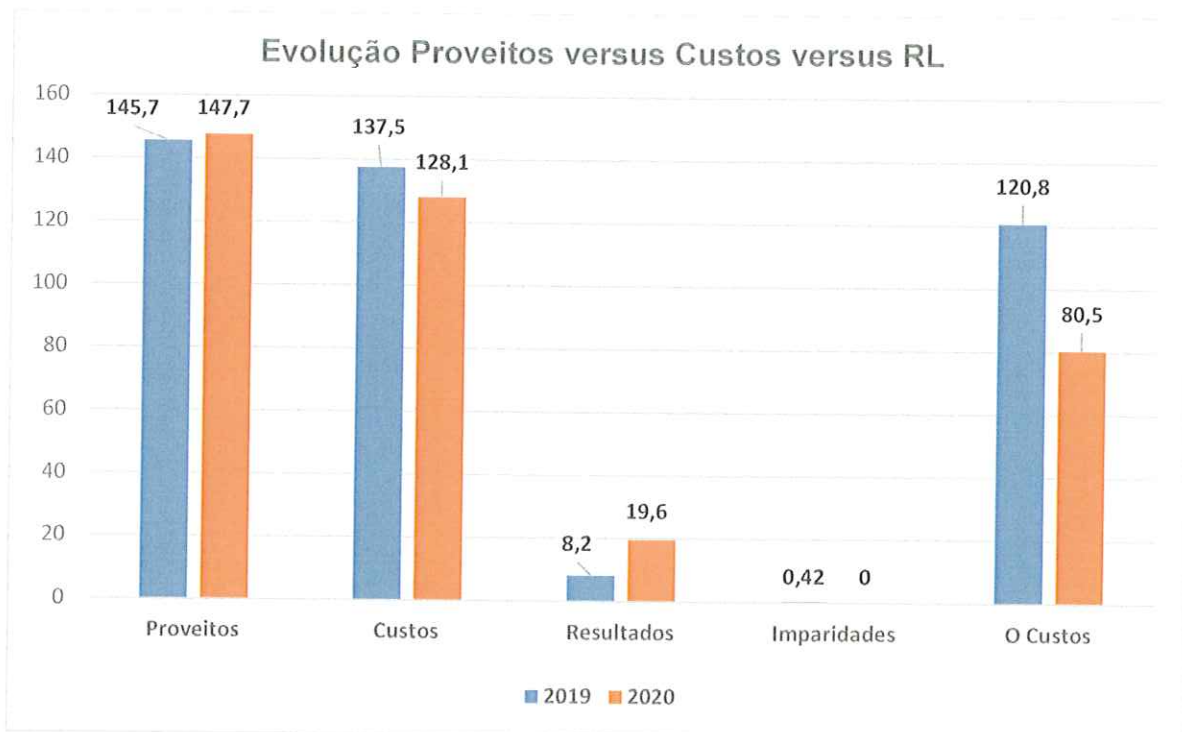


Handwritten signature and initials, including 'D.B.' and a large stylized signature.

Fundo Sócios

Em linha com período homólogo, mas a registar resultados líquidos positivos e crescentes, face à diminuição dos custos com assistência medicamentosa e a não necessidade de constituição de perdas por imparidade que ocorreu em 2019, aquando da atualização do número de associados ativos.

Unidade: Milhares Euros



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
FUNDOS

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados		147 724,00	145 672,00
Subsídios, doações e legados à exploração			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-8 100,38	-10 597,72
Gastos com o pessoal		-19 938,19	-16 788,46
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			41 932,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		98,00	
Outros gastos		-80 519,04	-120 823,38
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		39 264,39	39 394,44
Gastos / reversões de depreciação e de amortização			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		39 264,39	39 394,44
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-3 607,50	-6 975,24
Resultado antes de impostos		35 656,89	32 419,20
Imputação dos serviços partilhados		-15 927,79	-24 262,20
Resultado líquido do período		19 729,10	8 157,00

38



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
SERVIÇOS PARTILHADOS

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-234 565,40	-309 154,46
Gastos com o pessoal		-334 325,64	-249 836,69
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		598 325,35	569 370,20
Outros gastos			
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		29 434,31	10 379,05
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-29 434,31	-10 379,05
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		0,00	0,00
Imputação dos serviços partilhados			
Resultado líquido do período		0,00	0,00

39



MENÇÕES OBRIGATÓRIAS

Para além das Notas Anexas às Demonstrações Financeiras, subsistem, por imperativo legal, as seguintes menções obrigatórias:

- ✓ Após o encerramento do exercício, não ocorreram quaisquer factos relevantes suscetíveis de serem divulgados.
- ✓ A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.
- ✓ Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, existindo um plano de pagamento estabelecido no âmbito do Processo Especial de Revitalização (PER) homologado em 27/12/2017.

Tal como já referido em relatórios anteriores e no sentido de viabilizar a sua atividade, a Entidade assinou um Processo de Revitalização (PER) que foi decretado por Sentença Judicial do Tribunal da Comarca do Barreiro e homologado em 27/12/2017. Estão incluídos no PER dívidas à banca, à segurança social, ao pessoal e a fornecedores comuns num total inicial aproximado de 9 300 Mil euros, e à data de encerramento deste Exercício é de 8.961 Mil Euros (cerca de 82% dos passivos a 31/12/2020) que serão liquidados aos respetivos credores durante os próximos 23 anos.

RELATÓRIO GESTÃO 2020

Principais Credores	Valor PER				
	20-12-2017	31-12-2017	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2020
Segurança Social (capital)	2 556 472,29 €	2 363 316,76 €	2 316 050,44 €	2 221 517,80 €	2 079 718,84 €
Banca	5 764 565,13 €	5 725 345,20 €	5 701 522,06 €	5 701 522,06 €	5 757 660,12 €
Credores Comuns	1 628 771,03 €	1 174 460,08 €	1 134 204,49 €	1 134 204,49 €	1 134 204,49 €
Trabalhadores	73 740,27 €	71 223,79 €	23 741,13 €	23 741,13 €	0,00 €
	10 023 548,72 €	9 334 345,83 €	9 175 518,12 €	9 080 985,48 €	8 971 583,45 €

56 138,06 €
10 950,93 €

↑ Capitalização Juros (moratória)
Juros (A definir)

Anos	Segurança Social		Trabalhadores		Banca (inclui Leasing)		Credores Comuns		Total	
	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Créditos	Capital	Juros+Créditos
2017	3 938,86 €	709,53 €	2 516,48 €			5 682,49 €			6 455,34 €	6 392,02 €
2018	51 205,18 €	9 223,89 €	23 741,33 €			70 624,75 €			74 946,51 €	79 848,64 €
2019	141 798,96 €	17 738,25 €	23 741,33 €		39 219,93 €	73 839,42 €		40 255,59 €	204 760,22 €	131 833,26 €
2020	218 917,80 €	39 434,88 €	23 741,33 €			16 483,22 €			242 659,13 €	55 918,10 €
Total Liquidado	415 860,80 €	67 106,55 €	73 740,47 €		39 219,93 €	166 629,88 €		40 255,59 €	528 821,20 €	273 992,02 €
		482 967,35 €							802 813,22 €	
Capital em Dívida em 31/12/2020	2 079 718,84 €				5 757 660,12 €				1 134 204,49 €	8 971 583,45 €

[Handwritten signature]



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A União Mutualista Nossa Senhora da Conceição, encerrou o exercício de 2020 com um resultado líquido positivo no montante de 193 527,12 euros.

Nos termos da Lei, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido positivo no montante de 193 527,12 euros seja integralmente aplicado na rúbrica de resultados transitados.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o encerramento do exercício e até à elaboração do presente relatório não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para efeitos do disposto Artº 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Montijo, 31 de março de 2021

O Conselho de Administração



Presidente Pedro Nuno Luís dos Santos



Vogal Patrícia Carla Gomes Rolo Soares da Silva



Vogal Diamantino Jacinto Lopes Bonito

(Handwritten signatures and initials)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

31 de dezembro de 2020

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Ativo	Notas	2020	2019
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	8 097 591,31	8 393 800,40
Bens do património histórico, artístico e cultural	4	11 048,51	11 048,51
Ativos intangíveis	5	17 899,57	17 962,29
Investimentos financeiros		23 475,00	23 475,00
Total do Ativo não corrente		8 150 014,39	8 446 286,20
Ativo Corrente:			
Inventários	7	95 869,47	85 354,07
Créditos a receber	10	779 662,38	556 012,88
Diferimentos	14.1	22 661,10	10 298,62
Outros ativos correntes		183,10	4 070,94
Caixa e depósitos bancários	14.2	191 605,85	205 814,58
Total do Ativo corrente		1 089 981,90	861 551,09
	Total do Ativo	9 239 996,29	9 307 837,29
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas		2 123 154,32	2 123 154,32
Resultados transitados		-7 463 527,10	-7 463 254,61
Excedentes de revalorização		1 596 435,54	1 596 435,54
Ajustamentos/Outras variações nos fundos próprios		1 856 009,28	1 882 475,62
Resultado líquido do período		193 527,12	78 143,00
Interesses que não controlam			
Total dos fundos patrimoniais		-1 694 400,84	-1 783 046,13
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	6.2	5 714 153,13	5 657 950,49
Outras dívidas a pagar	10	3 199 025,72	3 343 905,71
Total do passivo não corrente		8 913 178,85	9 001 856,20
Passivo Corrente:			
Fornecedores	10	656 828,88	517 439,30
Estado e outros entes públicos	14.5	142 641,08	148 714,88
Financiamentos obtidos	6.2	32 812,64	54 933,37
Diferimentos	14.1	20 200,32	26 504,80
Outros passivos correntes		1 168 735,36	1 341 434,87
Total do passivo corrente		2 021 218,28	2 089 027,22
	Total do passivo	10 934 397,13	11 090 883,42
	Total do capital próprio e do passivo	9 239 996,29	9 307 837,29

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2020

O Contabilista Certificado

Handwritten signature of the Certified Accountant.

O Conselho de Administração

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	3 768 950,71	4 631 503,92
Subsídios, doações e legados à exploração	9	2 543 518,89	2 523 771,10
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas	7	-805 903,31	-786 007,88
Fornecimentos e serviços externos	14.4	-2 005 912,95	-2 732 458,75
Gastos com o pessoal	11	-3 149 651,41	-3 225 096,88
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	43 177,70	11 932,00
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos	14.5	431 533,40	311 525,55
Outros gastos	14.6	-153 449,08	-164 712,98
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		672 263,95	570 456,08
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4	-352 389,92	-368 844,01
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		319 874,03	201 612,07
Juros e rendimentos similares obtidos	14.7		2,49
Juros e gastos similares suportados	14.7	-126 346,91	-123 471,56
Resultado antes de impostos		193 527,12	78 143,00
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		193 527,12	78 143,00

Imposto sobre o rendimento do período

J. Carlos d'F. J.

[Handwritten signature]
45

RELATÓRIO GESTÃO 2020

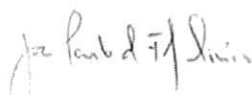


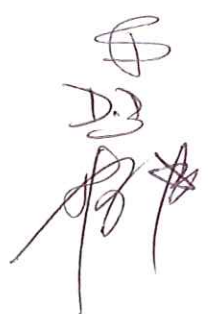
UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Montantes expressos em euros)

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes e utentes	3 887 104	3 759 571
Pagamentos a fornecedores	(2 992 459)	(3 061 163)
Pagamentos ao pessoal	(2 640 265)	(3 324 888)
Caixa gerada pelas operações	(1 745 620)	(2 626 480)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos / pagamentos	(612 672)	696 772
Fluxos das atividades operacionais [1]	(2 358 292)	(1 929 708)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(95 657)	(382 342)
Ativos intangíveis	(4 082)	(6 147)
Investimentos financeiros		
Outros Ativos	(99 739)	(388 489)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos das atividades de investimento [2]	(99 739)	(388 489)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Doações (subsídios à exploração)	2 543 519	2 523 771
Outras operações de financiamento	2 543 519	2 523 771
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(6 581)	(20 131)
Juros e gastos similares	(93 116)	(123 469)
Outras operações de financiamento	(99 697)	(143 600)
Fluxos das atividades de financiamento [3]	2 443 822	2 380 171
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(14 209)	61 974
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	205 815	143 840
Caixa e seus equivalentes no fim do período	191 606	205 815

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

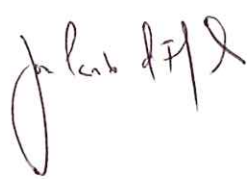




UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PARA OS PERÍODOS DE 2020 E DE 2019
 (Montantes expressos em euros)

Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Resultado líquido do período	Total
	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização		
Posição no início do período 2019			2 123 154	(7 031 854)	1 596 436	1 908 942	(1 722 027)
Alterações no período:							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Reexpressão retrospectiva de alterações de exercícios anteriores							
Realização dos excedentes de revalorização							
Excedentes de revalorização							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Aplicação do resultado líquido do exercício 2018				(318 705)		318 705	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(112 696)		(26 466)	(139 162)
				(431 401)		(26 466)	(139 162)
Resultado líquido do período						78 143	78 143
Resultado integral						396 848	396 848
Operações com instituidores no período							
Fundos							
Subsídios, doações e legados							
Distribuições							
Outras operações							
Posição no fim do período 2019			2 123 154	(7 463 255)	1 596 436	1 882 476	(1 783 046)
Posição no início do período 2020			2 123 154	(7 463 255)	1 596 436	1 882 476	(1 783 046)
Alterações no período:							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização dos excedentes de revalorização							
Excedentes de revalorização							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Aplicação do resultado líquido do exercício 2019				78 143		(78 143)	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(78 416)		(26 466)	(104 882)
				(273)		(26 466)	(104 882)
Resultado líquido do período						193 527	193 527
Resultado integral						115 384	115 384
Operações com instituidores no período							
Fundos							
Subsídios, doações e legados							
Distribuições							
Outras operações							
Posição no fim do período 2020			2 123 154	(7 463 528)	1 596 436	1 856 010	(1 694 400)

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

Anexo

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A União Mutualista Nossa Senhora da Conceição é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação Mutualista, com estatutos publicados no Diário da República n.º 127, Série II, de 2 junho de 2010, com sede na Rua do Hospital nº 1, 1º Dto. em Montijo, com o NIF n.º 501 103 457.

Tem como atividade principal “outras atividades de apoio social sem alojamento n.e.” (CAE 88990) e atividade secundária “comércio a retalho de produtos farmacêuticos, Estabelecimentos especiais” (CAE 47730). Os seus objetivos são desenvolver programas e ações de proteção e apoio nas áreas da segurança social e da saúde e contribuir para a promoção da cultura e a melhoria da qualidade de vida da população e, em particular, dos seus associados e respetivas famílias.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) em vigor em Portugal nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho, o qual é composto pelas Normas Contabilísticas

e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo, homologadas pelo Aviso 8259/2015, de 16 de Julho de 2015.

Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Continuidade

Apesar da Entidade se encontrar sujeita a um Processo de Revitalização (PER) que foi decretado por Sentença Judicial do Tribunal da Comarca do Barreiro e homologado em 27/12/2017, com base na informação disponível e nas expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de

D.B.
\$
/

acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

D.B.
S
S

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- e
- c) Razão para a reclassificação.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As demonstrações financeiras, compreendendo o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos próprios, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade das operações da Entidade e no regime de acréscimo.

Verificaram-se algumas alterações nas estimativas contabilísticas e erros, que foram contabilizadas em Resultados Transitados.

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

Os terrenos e edifícios, são mensurados ao justo valor com base em avaliações periódicas, pelo menos trianuais, efetuadas por avaliadores externos e independentes e profissionalmente qualificados, líquidos de depreciações subsequentes para os edifícios. A depreciação acumulada à data da reavaliação é eliminada do valor bruto do ativo, passando o valor líquido a refletir o valor de reavaliação.

Os aumentos resultantes da reavaliação de terrenos e edifícios são registados por contrapartida de fundos próprios na rubrica de excedentes de revalorização. As diminuições por reajustamentos de reavaliações anteriores dos mesmos ativos são igualmente levadas a fundos próprios até à concorrência dos respetivos aumentos, as diminuições remanescentes são reconhecidas na demonstração dos resultados como gastos do exercício.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Anualmente a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada reavaliada do ativo levada a gastos do período e a depreciação baseada no custo original do ativo é transferida dos excedentes de revalorização para resultados transitados.

Os terrenos não são sujeitos a depreciação. Os demais ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que se encontram em condições de serem utilizados. As depreciações são calculadas pelo método da linha reta com imputação dos gastos por duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Designação	Anos
Edifícios	50
Equipamento básico	3 a 7
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	4 a 8

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os dispêndios subsequentes, tais como, despesas de manutenção e reparação que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas

como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis são reconhecidas na demonstração dos resultados como rendimentos ou gastos do exercício em que ocorrem. Quando se trata de ativos revalorizados o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para a rubrica de resultados transitados.

b) Bens do património histórico e cultural

Os bens do património histórico e cultural foram doados à entidade e encontram-se valorizados pelo justo valor. As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “variações nos fundos patrimoniais”.

Estes bens têm uma vida útil indefinida e não são objeto de depreciação. No entanto a Entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

c) Ativos intangíveis

A Entidade apenas reconhece um ativo intangível no seu balanço quando e só quando se trata de um recurso controlado, quando o dispêndio origina benefícios económicos futuros para a Entidade e quando o custo do ativo pode ser mensurado com fiabilidade. Não é permitida a adoção do modelo de revalorização para ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis gerados internamente são levados diretamente a gastos do período, exceto quando se trata de despesas de desenvolvimento cuja

viabilidade técnica e económica se encontre assegurada, existam estudos de mercado que demonstrem a aceitação do produto e a Entidade pretenda lançar o produto no mercado.

Os ativos intangíveis adquiridos são reconhecidos pelo seu custo, líquido das amortizações acumuladas (apenas para os ativos intangíveis com vida útil finita) e das perdas por imparidade acumuladas.

Os restantes ativos intangíveis cujas vidas úteis sejam finitas são apresentadas ao custo histórico menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade. As amortizações são calculadas através do método da linha reta de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

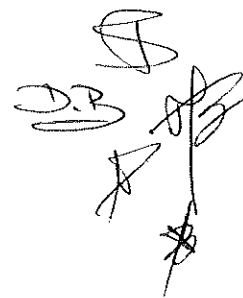
Designação	Anos
Marcas e licenças	15 a 20
Licenças de software	3

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação ou de abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos", ou "Outros gastos e perdas".

d) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao mais baixo, do valor do custo ou do seu valor realizável líquido.



Sempre que o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou ainda, do valor recuperável pelo uso na conversão em produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A Entidade utiliza como forma de custeio para apurar o custo das mercadorias vendidas e/ou consumidas o "FIFO". Para as matérias-primas, subsidiárias e de consumo a forma de custeio para apurar o custo das mesmas é o "FIFO".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

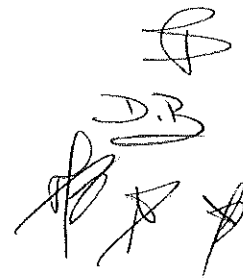
Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

A Entidade utiliza o regime do inventário permanente, de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 12.º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho

Os custos dos inventários não incorporam custos com empréstimos obtidos.

e) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Handwritten initials and signatures in the top right corner, including the letters 'D.B.' and several stylized signatures.

i) Contas a receber

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal a Entidade tem em consideração a informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que prove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a Entidade tenha em curso Ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor sobre o imposto acrescentado recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

ii) Caixa e seus equivalentes

DB
/

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e a outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

iii) Contas a pagar

As contas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, consoante o seu vencimento ocorra a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

v) Passivos financeiros

Handwritten initials and signatures in the top right corner, including a stylized 'F', 'D.B.', and several other scribbles.

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são registados inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos, e, subsequentemente, ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo.

f) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, e é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas em cada data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Entidade desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos

afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da Entidade.

Os passivos contingentes não são definidos pela Entidade como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controle ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

g) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transfiram substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos" e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

h) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente reconhecidos nos custos de aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

i) Imposto sobre o rendimento

A Instituição está isenta de IRC, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do CIRC, exceto quanto aos rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, os quais ficam sujeitos a IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Handwritten initials and signatures in the top right corner, including "D.B." and several stylized signatures.

Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2017 a 2020 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

j) Especialização dos exercícios

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

k) Subsídios e outros apoios

Os subsídios, incluindo os subsídios não monetários, apenas são reconhecidos quando exista uma segurança de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica de “Subsídios à exploração”, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida,

são mantidos nos fundos próprios exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios que se tornem reembolsáveis devem ser contabilizados como uma revisão de uma estimativa contabilística, nos termos da norma sobre Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros.

l) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídios de refeição, de férias e de natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso são ainda incluídas as contribuições para a segurança social, os gastos com seguros de acidentes de trabalho e outros gastos de Ação social. Incluem ainda eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses seguintes à data do balanço.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

Resulta da legislação laboral em vigor que o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes estão reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

m) Rédito

O rédito relativo a vendas, prestação de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Entidade, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas

e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade. Os royalties são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

n) Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.1. Juízos de valor efetuados pelo órgão de gestão no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de

aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram, reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras Entidades do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco

significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2020 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Fixos Tangíveis

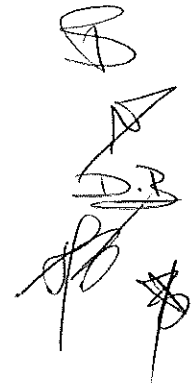
Descrição	Saldo em 01-01-2019	Aquisições/D otações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2019
Custo						
Terrenos e recursos naturais	675 744,64					675 744,64
Edifícios e outras construções	13 714 987,34	197 983,93		11 070,00		13 924 041,27
Equipamento básico	3 241 114,93	69 639,48		-7 009,11		3 303 745,30
Equipamento de transporte	276 357,36					276 357,36
Equipamento administrativo	878 361,37	3 473,24		-102,33		881 732,28
Outros Ativos fixos tangíveis	133 280,93			-4,25		133 276,68
Propriedades de investimento	113 165,14					113 165,14
Outros Ativos fixos tangíveis em curso	42 648,21	111 245,06		-11 070,00		142 823,27
Total	19 075 659,92	382 341,71	0,00	-7 115,69	0,00	19 450 885,94
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	6 573 374,01	238 972,17		209 053,95		7 021 400,13
Equipamento básico	2 724 263,80	102 944,99		12 468,76		2 839 677,55
Equipamento de transporte	259 494,39	4 873,96				264 368,35
Equipamento administrativo	849 305,61	10 457,75				859 763,36
Propriedades de investimento	11 861,88	1 560,00				13 421,88
Outros Ativos fixos tangíveis	45 870,71	871,79				46 742,50
Total	10 464 170,40	359 680,66	0,00	221 522,71	0,00	11 045 373,77
SOMA						8 405 512,17
Bens de património histórico e cultural						11 048,51
Perdas por imparidade acumuladas						663,26
VALOR LIQUIDO dos AFT						8 393 800,40

Ativos Fixos Tangíveis

Descrição	Saldo em 01-01-2020	Aquisições/D otações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais	675 744,64					675 744,64
Edifícios e outras construções	13 924 041,27	3 955,41				13 927 996,68
Equipamento básico	3 303 745,30	27 060,06				3 330 805,36
Equipamento de transporte	276 357,36			1,99		276 359,35
Equipamento administrativo	881 732,28	5 741,60				887 473,88
Outros Ativos fixos tangíveis	133 276,68					133 276,68
Propriedades de investimento	113 165,14					113 165,14
Outros Ativos fixos tangíveis em curso	142 823,27	58 899,88		-42 648,21		159 074,94
Total	19 450 885,94	95 656,95	0,00	-42 646,22	0,00	19 503 896,67
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	7 021 400,13	233 913,63				7 255 313,76
Equipamento básico	2 839 677,55	103 086,48				2 942 764,03
Equipamento de transporte	264 368,35	4 873,96				269 242,31
Equipamento administrativo	859 763,36	5 468,19				865 231,55
Propriedades de investimento	13 421,88	1 560,00				14 981,88
Outros Ativos fixos tangíveis	46 742,50	317,56				47 060,06
Total	11 045 373,77	349 219,82	0,00	0,00	0,00	11 394 593,59
SOMA						8 109 303,08
Bens de patrimonio histórico e cultural						11 048,51
Perdas por imparidade acumuladas						663,26
VALOR LIQUIDO dos AFT						8 097 591,31

Os edifícios e outras construções estão valorizados ao justo valor e foram objeto de testes de imparidade realizados em dezembro de 2017. Assim com base nos estudos de avaliação executados por uma entidade externa e competente todos os imóveis da Entidade foram revalorizados em 31 de dezembro de 2017, tendo sido registado um impacto nos ativos líquidos e nos fundos próprios da Entidade de cerca de 1.600 Mil Euros.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS



Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2020 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis

Descrição	Saldo em 01-01-2019	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-12-2019
Custo					
Programas de computador	240 489,57	6 172,15		-0,48	246 661,24
Propriedade Industrial	25,00				25,00
Total	240 514,57	6 172,15	0,00	-0,48	246 686,24
Depreciações acumuladas					
Programas de computador	219 535,60	9 163,35		0,00	228 698,95
Propriedade Industrial	25,00				25,00
Total	219 560,60	9 163,35	0,00	0,00	228 723,95
VALOR LIQUIDO dos AI					17 962,29

Ativos intangíveis

Descrição	Saldo em 01-01-2020	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-12-2020
Custo					
Programas de computador	246 661,24	3 082,38		0,00	249 743,62
Propriedade Industrial	25,00			-25,00	0,00
Total	246 686,24	3 082,38	0,00	-25,00	249 743,62
Depreciações acumuladas					
Programas de computador	228 698,95	3 170,10		0,00	231 869,05
Propriedade Industrial	25,00			-50,00	-50,00
Total	228 723,95	3 170,10	0,00	-50,00	231 844,05
VALOR LIQUIDO dos AI					17 899,57

6. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

69 - Gastos e perdas de financiamento	2020	2019
691 Juros suportados		
6911 Juros de financiamentos obtidos	74 278,72	73 839,42
6914 Juros de mora e compensatórios	6 746,38	4 525,20
6915 Juros de acordos	23 029,78	17 741,02
6988 Outros	22 292,03	27 365,92
TOTAL	126 346,91	123 471,56

Alocação entre passivo corrente e não corrente

A alocação dos empréstimos entre passivo corrente e não corrente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, é como segue:

Financiamentos Obtidos

Descrição	2020		2019	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
MILLENNIUM BCP			0	
CCAM	2 867 607,41	0,00	2 840 172,20	0,00
NOVO BANCO	1 091 130,86	0,00	1 084 416,15	6 714,71
MG	1 696 033,84	32 556,06	1 673 981,12	41 198,55
BPI	59 381,02	0,00	59 381,02	0,00
DESCOBERTOS BANCARIOS	0,00	256,58		7 020,11
Total	5 714 153,13	32 812,64	5 657 950,49	54 933,37

7. INVENTÁRIOS

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

Os inventários são valorizados pela fórmula de custeio FIFO, segundo a qual os itens do inventário que foram adquiridos ou produzidos primeiro, são vendidos primeiro, conseqüentemente os itens que constituem o inventário no fim do período são os itens que foram adquiridos e/ou produzidos mais recentemente.

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 31/12/2020	Inventário em 31/12/2019
Mercadorias - Farmácia	64 146,43	59 992,17
Matérias-primas, Subsidiárias e de consumo	31 723,04	25 361,90
Total	95 869,47	85 354,07
Custo das mercadorias e das matérias consumidas	805 903,31	786 007,88

8. RENDIMENTOS E GASTOS

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

Os critérios para reconhecimento dos réditos são os seguintes:

RÉDITO DAS VENDAS – São reconhecidos na demonstração de resultados (i) quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, (ii) quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão

com grau geralmente associado com a posse, (iii) quando o montante dos réditos possam ser fiavelmente quantificados, (iv) quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e (v) quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;

RÉDITO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – São reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Proveitos inerentes associados		
Jóias		
Quotizações	147 724,00	145 672,00
Vendas (Farmácia)	1 129 535,99	1 107 530,98
Prestação de serviços	2 491 690,72	3 378 300,94
Total	<u>3 768 950,71</u>	<u>4 631 503,92</u>

9. SUBSÍDIOS E APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “*Subsídios do Governo*” e “*Apoios do Governo*”:

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Subsídios do Governo		
Centro Regional de Segurança Social	1 981 182,16	1 998 934,30
Administração Regional de Saúde	296 787,57	213 293,90
Centro Emprego	22 492,13	9 467,18
Outras entidades	243 057,03	302 075,72
Total	<u>2 543 518,89</u>	<u>2 523 771,10</u>

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros e os fundos próprios apenas são reconhecidos pela Entidade quando esta se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

São mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de fundo próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados e os custos de transação na mensuração inicial destes ativos ou passivos financeiros.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse da Entidade.

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a Entidade apresenta as seguintes dívidas a pagar:

Fornecedores

Descrição	2020		2019	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores c/c	467 253,42	1 010 272,92	513 179,19	1 134 204,49
Fornecedores titulos a pagar	1 555,90		1 555,90	
Fornecedores c/ acordos	188 019,56		2 704,21	
Total	656 828,88	1 010 272,92	517 439,30	1 134 204,49

Outras dívidas a pagar da entidade registadas no balanço por período superior a um ano

Descrição	2020	2019
Fornecedores PER	1 137 550,03	1 134 204,49
Segurança Social PER	2 061 475,69	2 209 701,22
TOTAL	3 199 025,72	3 343 905,71

Outros Ativos e outros Passivos correntes

Activos Correntes		
	2020	2019
Outros activos financeiros		
Outras contas a receber	183,10	4 070,94
Adiantamentos a fornecedores		
Total	183,10	4 070,94
Passivos Correntes		
	2020	2019
Pessoal		
Remunerações a pagar	147 034,65	214 177,74
Fornecedores de Investimento	2 334,37	2 334,37
Credores por acréscimo de gastos	499 662,60	675 016,67
Outros credores	33 901,35	44 724,03
Adiantamentos de clientes	484 550,93	405 182,06
Saldos credores de clientes	1 251,46	
Total	1 168 735,36	1 341 434,87

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a Entidade apresenta as seguintes dívidas a receber

Descrição	2020	2019
Clientes e utentes	472 811,05	492 805,45
Outras contas a receber	306 851,33	63 207,43
Total	779 662,38	556 012,88

11. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O Conselho de Administração é composto por 3 elementos.

Não existem membros que acumulem em simultâneo, funções de órgãos diretivos no exercício de 2020.

O Conselho Fiscal é atualmente composto por 3 elementos.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 o quadro de pessoal era composto da seguinte forma:

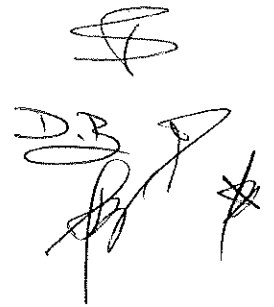
	2020		2019	
	Efetivos	C. Termo	Efetivos	C. Termo
Pessoal Técnico	46	13	43	14
Pessoal Administrativo	16	0	18	1
Pessoal Auxiliar	88	52	101	44
Outros	3	9	5	1
Estagiários	0	1		2
TOTAL	153	75	167	62

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Benefícios dos Empregados, Pessoas ao Serviço e Gastos com Pessoal

Descrição	2020	2019
Remuneração dos Órgãos Sociais	88 353,56	
Remunerações ao Pessoal	2 296 888,05	2 433 757,05
Indemnizações	237 560,16	253 175,77
Encargos sobre as Remunerações	485 663,92	501 739,24
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	30 879,72	28 520,31
Outros Gastos com o Pessoal	10 306,00	7 904,51
Total	3 149 651,41	3 225 096,88

12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO



As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração, em 31 de março de 2021. Contudo, os associados em Assembleia Geral poderão não aprovar as presentes demonstrações financeiras ou solicitar alterações às mesmas.

Em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia da doença CoViD-19, resultante da disseminação do novo coronavírus SARS-CoV-2, a qual a esta data ainda não se encontra controlada pelas autoridades competentes. Esta pandemia teve e continuará a ter impacto na economia global e nos mercados financeiros em geral, assim como no desempenho e na atividade dos diferentes negócios e indústrias. Tal impacto afigura-se ainda de difícil quantificação, tendo em conta que se desconhece a duração desta situação disruptiva.

Estamos a acompanhar em permanência a evolução da pandemia, procurando continuar a minimizar os riscos associados ao surto e, na sequência das recomendações da Direção Geral de Saúde, implementamos planos de contingência com o objetivo de garantir a segurança dos nossos colaboradores, utentes e comunidade em geral.

Adotamos ainda medidas para assegurar a continuidade das operações.

Face ao atual enquadramento de elevada incerteza e rápida evolução, ainda não nos é possível estimar com um grau de confiança razoável os impactos da pandemia na atividade, rentabilidade e liquidez futuras da Entidade. No entanto, a Administração considera, com base na informação atualmente disponível, que a Entidade dispõe de liquidez suficiente para prosseguir a sua atividade.

Estamos convictos de que com prevenção, serenidade e em conjunto com todos os nossos colaboradores, fornecedores e utentes estaremos preparados para enfrentar este desafio.

Handwritten initials and signatures in the top right corner, including a stylized 'S', 'D.P.', and several scribbled-out marks.

13. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, estando a decorrer e a ser cumprido um plano de pagamento faseado cuja dívida ascende a 575 euros, que não se encontra integrado no Processo Especial de Revitalização (PER) homologado em 27/12/2017.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, existindo um plano de pagamento estabelecido no âmbito do Processo Especial de Revitalização (PER) homologado em 27/12/2017.

No sentido de viabilizar a sua atividade a entidade assinou um Processo Especial de Revitalização (PER) que foi decretado por Sentença Judicial do Tribunal da Comarca do Barreiro e homologado em 27/12/2017. Estão incluídos no PER dívidas à banca, à segurança social, ao pessoal e a fornecedores comuns num

total aproximado de 8.961 Mil Euros (cerca de 82% dos passivos a 31/12/2020) que serão liquidados aos respetivos credores durante os próximos 23 anos.

Para os efeitos do disposto no art.º 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, divulga-se que os honorários totais faturados pelo Revisor Oficial de Contas no exercício de 2020 referem-se exclusivamente a serviços de revisão legal de contas. Durante o exercício não foram faturados à Entidade quaisquer honorários por outros serviços de garantia e fiabilidade nem lhe foram faturados honorários relativos a consultadoria.

B
A
D.R.

14. OUTRAS DIVULGAÇÕES

De forma a melhorar a compreensão das presentes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

14.1 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Diferimentos

Descrição	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Rendas	0,00	828,00
Outros	22 661,10	9 470,62
Total	22 661,10	10 298,62
Rendimentos a reconhecer		
Outros	20 200,32	26 504,88
Total	20 200,32	26 504,88

14.2 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e Depósitos Bancários

Consolidado

Descrição	31/12/20	31/12/19
Caixa	1 426,21	3 494,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	190 179,64	202 320,58
Total	191 605,85	205 814,58

14.3 Estado e outros entes públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros entes Públicos

Descrição	2020		2019	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Ativo				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	0,00		0,00	
Total	0,00	0,00		
Passivo				
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	6 024,38	0,00	6 760,41	0,00
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	34 285,33		39 399,71	0,00
Segurança Social	102 331,37	2 061 475,69	102 554,76	2 209 701,22
Total Crédito	142 641,08	2 061 475,69	148 714,88	2 209 701,22
Saldo	-2 204 116,77		-2 358 416,10	

14.4 Fornecimentos e serviços externos

ES

D.B.

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Subcontratos	410 994,12	704 428,27
Serviços Especializados	1 107 710,29	1 479 707,74
Materiais	103 738,12	120 224,36
Energia e fluidos	156 469,47	181 429,18
Deslocações, estadas e transportes	2 479,64	2 258,19
Serviços diversos (*)		
Limpeza, higiene e conforto	113 988,65	100 194,80
Rendas e alugueres	28 025,30	38 321,05
Comunicações	57 206,49	74 819,17
Seguros	13 748,19	14 799,89
Outros Serviços	11 552,68	16 276,10
TOTAL	2 005 912,95	2 732 458,75

14.5 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros rendimentos

Descrição	2020	2019
Rendimentos suplementares	201 430,31	18 461,15
Descontos de pronto pagamento obtidos	26 119,87	26 049,33
Ganhos em inventários	1 447,35	365,90
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1 456,80	1 456,80
Outros rendimentos e ganhos	201 079,07	265 192,37
Total	431 533,40	311 525,55

S
A
D.B
B

14.6 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos

Descrição	2020	2019
Impostos	4 503,44	7 314,86
Dívidas incobráveis	3 177,70	37 536,00
Perdas em inventários	3 149,52	1 068,52
Outros Gastos e Perdas	64 451,38	35 501,65
Gastos com apoios financeiros concedidos a associados ou utentes	78 167,04	83 291,95
Total	153 449,08	164 712,98

14.7 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Gastos Financeiros		
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	104 054,88	96 105,64
Outros gastos de financiamento	22 292,03	27 365,92
Total	126 346,91	123 471,56
Proveitos Financeiros		
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	2,49
Total	0,00	2,49
Resultados financeiros 79-69	-126 346,91	-123 469,07

Jaques d'FP

PARECER DO CONSELHO FISCAL



Adelina
Marques

PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2020

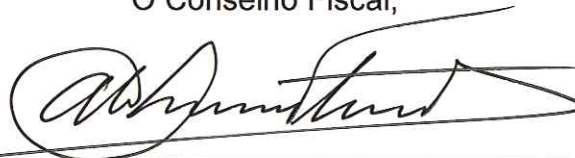
Exmos. Associados,

1. No cumprimento da alínea c) do artigo trigésimo oitavo dos Estatutos da União Mutualista N^a S^a da Conceição, Associação Mutualista, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu parecer sobre os documentos da prestação de contas do exercício de 2020.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Associação e a sua gestão no exercício de 2020, condicionado pela pandemia do Covid-19, tendo realizado reuniões por videoconferência.
3. O Conselho Fiscal acompanhou, por correio eletrónico e videoconferência, a elaboração das contas anuais de 2020 pelos serviços da Associação.
4. O Conselho Fiscal obteve sempre as informações solicitadas aos Serviços e ao Conselho de Administração, pelo que agradece a sua inestimável colaboração.
5. O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Gestão e os aspetos mais relevantes das Demonstrações Financeiras de 2020 que apresentam um ativo líquido de 9.239.996,29 euros e um total de fundos patrimoniais negativos de 1.694.400,84 euros que inclui um resultado líquido positivo de 193.527.12 euros.
6. No Relatório de Gestão, o Conselho de Administração menciona as condições do enquadramento do exercício da atividade em 2020 que influenciaram o resultado do exercício, das quais destacamos:
 - a) Continuação da reestruturação dos recursos humanos em 2020, em que foram realizados acordos de saída de trabalhadores no valor de € 229.437,62, que implicou um acréscimo (extraordinário) nos **Custos com Pessoal**;
 - b) Os efeitos da pandemia Covid-19 na redução dos proveitos e aumento dos custos.
7. Continuámos a acompanhar o cumprimento do Processo Especial de Revitalização (PER).
8. O Conselho Fiscal reconhece o trabalho de gestão, corrente e estrutural, realizado pelo Conselho de Administração em 2020, dificultado pela pandemia Covid-19, que, apesar dos custos extraordinários dos acordos de rescisão de contratos de trabalho e dos efeitos da pandemia Covid-19, conseguiu obter um resultado líquido positivo de 193.527,12 euros.

9. O Conselho Fiscal apreciou o Relatório e a Certificação Legal das Contas, elaborados pelo Revisor Oficial de Contas, que aqui se dão por reproduzidos.
10. Pelo acima exposto, é convicção do Conselho Fiscal que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras refletem, de forma verdadeira e apropriada, a evolução da atividade da Associação e a respetiva situação patrimonial.
11. Nestes termos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral da União Mutualista N^a S^a da Conceição aprove:
 - As Demonstrações Financeiras do exercício de 2020;
 - O Relatório de Gestão referente ao mesmo exercício;
 - Voto de louvor ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da UMNSC pelos resultados obtidos.

Montijo, 27 de abril de 2021.

O Conselho Fiscal,



António Manuel Corrêa de Sousa Fortunato



João Maria da Silva Costa



Adelina Isabel Lopa Silva Marques

**CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS
CONTAS
E
RELATÓRIO E PARECER
DO
REVISOR OFICIAL DE
CONTAS**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020, (que evidencia um total de 9.239.996 euros e um total de fundos patrimoniais negativo de 1.694.401 euros, incluindo um resultado líquido de 193.527 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos ou possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Os fracos procedimentos de controlo interno existentes no cálculo das amortizações dos exercícios anteriores a 2018, associados à inconsistência verificada nas vidas úteis dos ativos fixos tangíveis praticadas naqueles exercícios, não nos permitiram validar satisfatoriamente o valor das amortizações acumuladas no montante de 11.395 Mil Euros, nem o valor líquido dos ativos fixos tangíveis no montante de 7.950 Mil Euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Incerteza material relacionada com a continuidade

Apesar de a Entidade ter vindo a demonstrar capacidade financeira para resolver os seus compromissos imediatos, as necessárias correções efetuadas a exercícios anteriores suportadas por adequadas políticas contabilísticas originaram que a 31 de dezembro de 2020 os fundos próprios sejam negativos em 1.694 Mil Euros (1.783 Mil Euros em 31 de dezembro de 2019). Tendo em consideração o facto de a Entidade estar abrangida por um Processo Especial de Revitalização (PER), e também os eventuais efeitos da pandemia da doença CoViD-19, consideramos poder existir a suscetibilidade de a Entidade deixar de ter capacidade de prosseguir em continuidade sem recorrer a apoios financeiros extraordinários dos associados e/ou de terceiros.

Ênfases

Conforme referido no relatório de gestão e na Nota 12 do anexo, em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia da doença CoViD-19. Esta pandemia tem impactos operacionais e financeiros na atividade da Entidade, tendo esta criado e mantido os procedimentos e os planos de contingência necessários para a sua mitigação, no entanto os dados financeiros disponíveis não permitem ao Conselho de Administração estimar com fiabilidade a dimensão futura destes impactos, sendo sua convicção que a Entidade dispõe meios e condições suficientes para superar esta crise.

Conforme referido no relatório de gestão e na Nota 13 do anexo, foi homologada em 27/12/2017 a Sentença Judicial que decretou o Processo Especial de Revitalização, no qual está abrangido um passivo no montante aproximado de 8.961 Mil Euros (9.037 Mil Euros em 31 de dezembro de 2019), que serão liquidados aos respetivos credores faseadamente durante os próximos 23 anos.

Conforme divulgado no relatório de gestão e na Nota 13 do anexo, a Entidade tem uma dívida fiscal à Autoridade Tributária no montante de 575 Euros que se encontra coberta por um adequado plano de pagamentos faseados, o qual não se encontra integrado no Processo Especial de Revitalização (PER) homologado em 27/12/2017.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma de Contabilidade e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com



acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

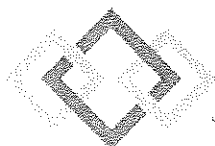
Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Palmela, 5 de abril de 2021

JT SANTOS & ASSOCIADO - SROC, LDA

Representada por Joaquim Teixeira Santos, ROC N.º 1245



JT SANTOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Aos Sócios da,
UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório sobre a atividade por nós desenvolvida e o nosso Parecer sobre os documentos de prestação de contas da UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO ("Entidade"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2020, acompanhámos com a periodicidade e profundidade que consideramos adequada a evolução da atividade da Entidade através da realização de testes, análises e outros procedimentos para verificação da regularidade dos seus registos contabilísticos e do cumprimento dos normativos legais e estatutários em vigor, tendo-nos sido facultados pelo Conselho de Administração e pelos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinamos o balanço reportado a 31 de dezembro de 2020, as demonstrações dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações nos fundos próprios, para o exercício findo naquela data e o respetivo anexo, tendo verificado que foram elaborados nos termos da Norma Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística. Adicionalmente, revimos o relatório de gestão elaborado pelo Órgão de Gestão e a proposta de aplicação de resultados nele expressa. Em consequência do trabalho realizado, emitimos nesta data a respetiva Certificação Legal das Contas, a qual contém reservas, incertezas materiais sobre a continuidade e ênfases e se considera anexa ao presente relatório e parecer.

Face ao exposto, somos de parecer que, exceto quanto aos efeitos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações de âmbito descritas na secção "Bases para a opinião com reservas" e exceto quanto aos efeitos das restantes situações descritas na mesma secção, e tendo ainda em consideração os assuntos referidos na secção "Incerteza material relacionada com a continuidade" e na secção "Ênfases", todos da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias em vigor, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Sócios.

Desejamos ainda manifestar o nosso apreço, ao Conselho de Administração e aos demais colaboradores da Entidade, por toda a colaboração que nos foi prestada ao longo do exercício.

Palmela, 5 de abril de 2021

JT SANTOS & ASSOCIADO - SROC, LDA

Representada por Joaquim Teixeira Santos, ROC N.º 1245

Rua Veríssimo da Silva, Condomínio do Outeiro, 2 - 2950 - 078 Palmela

Tlm: (+351) 916 228 280 - Tel/Fax: (+351) 212 353 289

E-mail: joaquim@jts-sroc.pt Site: www.jts-sroc.pt

1 / 1